

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
INSTITUTO SAÚDE E SOCIEDADE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANE CAVALCANTE DOS SANTOS

**A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES MÃES NAS RUAS DE SANTOS**

SANTOS

2018

MARIANE CAVALCANTE DOS SANTOS

**A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES MÃES NAS RUAS DE SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
São Paulo como requisito parcial para  
obtenção do grau em Bacharel em  
Serviço Social

Orientadora Profa. Dra. Sonia Regina  
Nozabielli

SANTOS

2018

S237 (	<p>Cavalcantes dosSantos, Mariane.1997-</p> <p>A (des)proteção social de mulheres mães nas ruas de Santos. / Mariane Cavalcante dos Santos; OrientadoraSonia Regina Nozabielli – Santos, 2018.</p> <p>84 f.: 30 cm.</p> <p>TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2018.</p> <p>1. Serviço social. 2. Maternidade nas ruas. 3. Situação de rua. 4. Proteção social . I. Nozabielli, Sônia, Orient. II. Título.</p> <p>CDD 361.3</p>
--------	---

MARIANE CAVALCANTE DOS SANTOS

**A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES MÃES NAS RUAS DE SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
São Paulo como requisito parcial para  
obtenção do grau em Bacharel em  
Serviço Social

Orientadora Profa. Dra. Sonia Regina  
Nozabielli

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profa. Dra. Sonia Regina Nozabielli

Universidade Federal de São Paulo

---

Profa. Dra. Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra

Universidade Federal de São Paulo

*Aos meus avós, Cleide e Luiz, que sempre incentivaram os meus sonhos e foram meu porto seguro, nunca soltando minhas mãos; aos meus pais Natalina e Rogerio que sempre estiveram do meu lado e às mulheres mães com trajetória nas ruas que um dia foram silenciadas, que essa possa ser uma parte de sua voz.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus avós, Cleide e Luiz, por uma trajetória dedicada à minha educação, juntamente com minha mãe, por todo amor, carinho e puxões de orelha. Por serem fundamentais na formação de quem sou e grandes incentivadores dos meus sonhos. Por terem me ouvido com atenção falar sobre o desconhecido e se interessarem por tudo que eu disse, por acreditarem na minha força e capacidade de chegar a todos os lugares que cheguei, por estarem presentes, mesmo longe, em todas as horas.

Ao meu pai, por toda dedicação do final da graduação em sempre me cuidar e tentar me poupar de todas as dores da vida. Por ser compreensivo, ouvir meus choros e ter sido meu colo nos últimos meses.

Aos meus irmãos do coração Juliana e Junior, que foram grandes incentivadores da minha trajetória, cresceram comigo e me viram crescer e nunca me permitiram sentir só. E ao meu irmão de verdade, com quem descobri que verdadeiros amores se produzem mesmo sem uma convivência diária.

Aos professores dessa graduação que deixaram suas marcas na minha construção profissional, em especial à Profa. Dra. Luciana Maria Cavalcante Melo, que esteve presente desde os primeiros semestres da graduação, com sua sutileza, delicadeza, carinho, seu sotaque, seu jeitinho apaixonado por sua profissão que sempre me orientou pelos caminhos que percorri elucidando, sempre que necessário, o meu crescimento e nos motivando nos momentos difíceis. Alguém que sempre tem uma palavra de esperança para nos fazer seguir e acreditar.

À Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godói Diniz, pela oportunidade de conhecê-la, construir e compartilhar experiências através das monitorias. Uma profissional incrível que tenho como exemplo para minha trajetória.

À minha orientadora Profa. Dra. Sonia Regina Nozabielli, por nunca ter desistido de mim, mesmo eu sendo uma orientanda um tanto distante. Por sempre me incentivar e nunca permitir que eu fosse levada pela desmotivação

nas minhas crises de insegurança (não foram poucas). Por sua dedicação ao seu trabalho, sua busca pelo desenvolvimento dos seus alunos, sua sabedoria e humildade incomparáveis. Pelo seu afeto e paciência, caronas e conversas.

À Profa. Dra. Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno, que passou pouco tempo conosco em sala, porém tempo suficiente para deixar suas marcas. Sua doçura, abordagem cautelosa, preocupação e dedicação me fizeram admirá-la. Agradeço pelo carinho, pelo cuidado comigo, as escutas cuidadosas sobre todas as questões da minha vida pessoal e acadêmica, por estar conosco nessa trajetória profissional e por aceitar compor junto a mim e Sonia o presente estudo.

Às minhas amigas, em especial Carolina, Débora e Kelly que construíram comigo laços nesses quatro anos, presentes em todos os momentos, nos mais felizes, nos mais tristes, desesperadores e nos de mais raiva. Entre brigas, gargalhadas e choro vocês foram o meu colo, o meu sorriso e o meu ponto de equilíbrio nesse lugar. Amo vocês e as admiro grandemente pelas pessoas e profissionais que são e serão. Obrigada por nunca me deixarem desistir.

À Veronica que sempre me escutou e esteve do meu lado, me admirou, me motivou e me deu forças para continuar. Seu carinho, seu colo, estiveram sempre do meu lado me instigando a crescer e melhorar.

Aos funcionários dessa universidade, por sempre nos auxiliarem, mesmo com suas condições precarizadas de trabalho. Em especial Rosana, Vivi e Alba da cantina com quem tive diversos momentos de descontração e conversas, por muitas vezes melhoraram meu dia sempre com uma palavra bonita a dizer.

A Deus, por sempre me manter em sua presença, me encaminhar a tomada dos meus sonhos, me permitiu chegar a cada um dos objetivos traçados e me trouxe força e luz na caminhada.

Um último, e importantíssimo agradecimento, está destinado à A e B, minhas entrevistadas, mulheres mães com trajetórias nas ruas. Mulheres incríveis e fortes que tive a honra de conhecer. Que a dor das violências sofridas, nunca as façam perder a essência terna têm. Por mais amarga que seja a cicatriz, que as

perspectivas de transformação de dor em luta e os afetos produzidos sejam doces.



## A ESPERANÇA DO MUNDO

Bertold Brecht

1

Seria a opressão tão antiga quanto o musgo dos lagos?

Não se pode evitar o musgo dos lagos.

Seria tudo o que vejo natural, e estaria eu doente, ao desejar remover o irremovível?

Li canções dos egípcios, dos homens que construíram as pirâmides.

Quei-xavam-se do seu fardo e perguntavam quando terminaria a opressão.

Isto há quatro mil anos.

A opressão é talvez como o musgo, inevitável.

2

Se uma criança surge diante de um carro, puxam-na para a calçada. Não

o homem bom, a quem erguem monumentos, faz isso.

Qualquer um retira a criança da frente do carro.

Mas aqui muitos estão sob o carro, e muitos passam e nada fazem.

Seria porque são tantos os que sofrem? Não se deve mais ajudá-los, por serem tantos? Ajudam-nos menos.

Também os bons passam, e continuam sendo tão bons como eram antes de passarem.

3

Quanto mais numerosos os que sofrem, mais naturais parecem seus sofrimentos, portanto. Quem deseja impedir que se molhem os peixes do mar?

E os sofredores mesmos partilham dessa dureza contra si e deixam que lhes falte bondade entre si.

É terrível que o homem se resigne tão facilmente com o existente, não só com as dores alheias, mas também com as suas próprias.

Todos os que meditaram sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão de uns por outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável.

Ela é a esperança do mundo.

## RESUMO

A vivência nas ruas é permeada das relações de poder do Estado com ações que visam a proteção social, o controle, a repressão e interferem nas relações sociais e desenvolvimento da vida que se realiza nesse espaço. O cotidiano da vida nas ruas é atravessado por relações de violência, violações de direitos e intervenções vinculadas aos serviços das políticas sociais. Dentro desse meio, em algumas situações, o Estado age para garantir a proteção social das pessoas que vivem nas ruas e, de modo contraditório, age também, como o sujeito da violência, da violência institucional que interpreta, codifica e decide os rumos da vida desses sujeitos e os destitui reiteradamente de seus próprios direitos. Esse estudo, “A (des)proteção social de mulheres mães nas ruas de Santos”, tem por finalidade refletir o direito de mulheres mães que vivem na rua, ao exercício do poder familiar e a proteção social dessas mulheres durante o processo da gestação e da maternidade nas ruas, colocando em questão a atuação do sistema de proteção social (Conselhos tutelares, Assistência Social, Saúde, Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros) e a sua interferência no exercício do direito à maternidade. Partindo do pensamento de Pereira (2018), de que saber ouvir as pessoas que vivem nas ruas é dar visibilidade aos seus direitos de existirem, que esse estudo foi desenvolvido de forma qualitativa através de apreensão da bibliografia levantada e entrevistas semi estruturadas, buscando um resgate sócio-histórico da vida dessas mulheres nas ruas e a proteção social, o desenvolvimento ou a violação de seus direitos e a partir disso refletir qual o limite entre a proteção integral de crianças e adolescentes e a (des)proteção social de suas mães. Como resultado, essa pesquisa conclui que as mulheres mães em situação de rua, em Santos, têm sua trajetória e demandas invisibilizadas, resultando em desproteção social, ruptura dos vínculos e em nome do direito à convivência familiar e comunitária o viola.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Proteção Social. Questão social. Situação de rua. Maternidade nas ruas. (Des)maternização.

## RESUMEN

La experiencia en las calles es permeada de relaciones de poder del Estado con acciones que objetivan la protección social, el control, la represión y intervienen en las relaciones sociales y desarrollo de la vida que se produce en ese espacio. El cotidiano de la vida en las calles es cruzado de relaciones de violencia y violaciones de derechos y acciones aparejadas a los servicios de las políticas sociales. En ese medio, en algunas situaciones, el Estado actúa para asegurar protección social de las personas que viven en las calles y, en contrapeso, actúa también como sujetos de la violencia, de la violencia institucional que comprende, codifica y decide los rumbos de la vida de esos sujetos y los dispone repetidamente de sus derechos. Ese estudio “La (des)protección social de mujeres madres em las calles de Santos”, tiene la finalidad de reflejar el derecho de mujeres madres que viven en las calles al ejercicio del poder familiar y protección social de esas mujeres al paso de la experiencia de la gestación e de la maternidad en las calles, poniendo en cuestión la actuación del sistema de protección social (Consejo Tutelar, asistencia social, salud, ministerio publico, y otros más) e su intervención en el ejercicio de la maternidad. Siguiendo la reflexión de Pereira (2018), de que saber oír las personas que viven en las calles es dar visibilidad a sus derechos de existiren, ese estudio fue desarrollado en la forma cualitativa por comprensión de la bibliografía y entrevistas semiabiertas, buscando un rescate social y histórico de la vida de esas mujeres en las calles y la protección social, el desarrollo o la violación de sus derechos al paso que reflejamos cual es la frontera de la protección integral de los niños y jóvenes y la (des)protección social de sus madres. Como resultado, esta investigación concluye que las mujeres madres en situación de calle, en Santos, tienen su trayectoria y demandas invisibilizadas, resultando en desprotección social, ruptura de los vínculos y en nombre del derecho a la convivencia familiar y comunitaria lo viola.

**Palabras clave:** Servicio Social. Protección Social. Cuestión social. Vida em lascalles. Maternidad em lascalles. (Des)maternización.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial

**CF** – Constituição Federal

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CRESS** - Conselhos Regionais de Serviço Social

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**LGBTTQI+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersex+

**MNPR** - Movimento Nacional da População em Situação de Rua

**PM** – Polícia Militar

**PPGSSPS** - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais

**SECRAIDS** - Seção Centro de Referência em AIDS

**SEACOLHE** - Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório de Adultos, Idosos e Famílias em situação de rua

**SENAT** - Seção Núcleo de Atenção ao Tóxico Dependente

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**UNIFESP** - Universidade Federal de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 MULHERES QUE VIVEM NAS RUAS: Caracterização e considerações sobre o fenômeno.....	17
1.1 Breve contexto histórico da questão.....	23
1.2 Mulheres em situação de rua.....	25
1.3 Maternidade nas ruas: controle social, (des)proteção social e (des)maternização.....	30
CAPITULO 2 MATERNIDADE NAS RUAS DE SANTOS: Trajetórias da (des)proteção social e (des)maternização.....	36
2.1 Análise das narrativas de mulheres mães em situação de rua.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	65
APÊNDICE A Roteiro de Entrevistas.....	65
APÊNDICE B Transcrição Entrevista I, realizada em 21/11/2018.....	66
APÊNDICE C Transcrição Entrevista II, realizada em 27/11/2018.....	75



## INTRODUÇÃO

Nos últimos meses diversos debates elucidaram a condição da mulher que vive nas ruas, especialmente quando falamos da mulher mãe ou da gestação nas ruas, visto que é permeada de contextos sociais, econômicos, estigmas e reproduções de violações de direitos, principalmente no que tange a proteção social.

O fenômeno de ruptura e separação entre mães e filhos, em especial a maternidade nas ruas vem tomando proporções de reflexão para os/as assistentes sociais à medida que tem sido trazido a realidade encontrada para discussões da categoria, Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) – “Maternidade de mulheres em situação de rua, em uso de substâncias psicoativas, que resultam em destituição do poder familiar”<sup>1</sup>; o caso da mulher em situação de rua Janaína no município de Mococa/SP, que foi esterilizada compulsoriamente com justificativa da proteção da sua vida e dos filhos, a partir do que os promotores consideraram como uso abusivo de drogas e álcool; a reportagem do site Sul 21 que traz a discussão da reunião da Comissão de Direitos Humanos em que mães denunciam práticas que denominam como “fábrica de acolhimentos”<sup>2</sup>; e o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)<sup>3</sup>.

---

1 A oficina organizada pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) – “Maternidade de mulheres em situação de rua, em uso de substâncias psicoativas, que resultam em destituição do poder familiar. ” – que se propôs a discutir ações e o trabalho que é desenvolvido atualmente nesses casos; também é fluído para as discussões da categoria as reportagens de violações de mulheres mães em situação de rua ou vulnerabilidade social.

2 “Fábrica de Acolhimentos” é o termo dado por mães de Minas Gerais em discussão da reunião da Comissão de Direitos Humanos trazido na reportagem do site Sul 21, em que são denunciadas práticas executadas de forma higienista e criminalizadora de mulheres mães pobres e falam das medidas tomadas pelo Judiciário em Minas Gerais, que determinam o encaminhamento imediato de bebês de mulheres usuárias de drogas e com trajetória de rua, identificados ainda nas maternidades, para acolhimento institucional ou adoção.

3 O posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) através do instrumento CFESS Manifesta após o 46º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS, que traz o questionamento frente à situação das mulheres em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas e têm gestação ou experiência de maternidade nas ruas, de “De quem é esse bebê? ” e posiciona-se em defesa da proteção integral da criança e preservação dos vínculos e

Assim, o presente tema de pesquisa, “A (des)proteção social de mulheres mães nas ruas de Santos”, traz a discussão sobre o desamparo social das mulheres que estão em processos de gestação, maternidade, ameaça, questionamento ou retirada do poder familiar.

De acordo com pesquisa de Eunice Fávero “Realidade social e perda do poder familiar: desproteção social x direito a convivência familiar e comunitária”, realizada nos anos de 2011 a 2013, com base nos autos dos processos em tramitação no Fórum da Comarca de São Paulo, a mãe é o ente que mais têm tido o poder familiar destituído. Logo, trazendo a tona que o cuidado da família, nos autos judiciais é atribuído com frequência às mulheres. A mesma pesquisa constata que em 19% dos autos pesquisados as pessoas que mais tiveram o poder familiar destituído vivem nas ruas. Esses dados vêm evidenciando processos de negação do direito à convivência familiar e comunitária às crianças filhos/as de mulheres que vivem nas ruas.

Por isso, às mulheres mães que vivem nas ruas de Santos compõem o interesse temático dessa pesquisa, considerando a situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e de saúde que vivenciam.

Esse estudo tem como objetivos analisar as formas de (des)proteção social de mulheres mães que vivem nas ruas de Santos, tendo como fundamento o direito a convivência familiar e comunitária e o direito à maternidade. Além disso, através dele objetivou-se conhecer a narrativa das mulheres mães que vivem nas ruas de Santos em relação a maternidade nas ruas e a atuação da proteção social pública no âmbito do direito à convivência família e comunitária; refletir as formas de cuidado e atendimento, que têm sido produzidas pela proteção social pública, às mulheres mães que vivem nas ruas de Santos e identificar as possíveis violações dos direitos de mães em situação de rua de Santos, à maternidade e a convivência familiar e comunitária.

Nesse estudo partimos do pressuposto de que as mulheres mães que vivem nas ruas não têm uma proteção social pública específica e têm violado seu direito ao exercício da maternagem à medida que o sistema de proteção social foca-se na proteção integral da criança e/ou adolescente, invisibilizando-as.

---

convivência familiar que defende outras possibilidades de intervenção que não a do afastamento do convívio familiar.



Essa pesquisa foi realizada de forma qualitativa através de um estudo bibliográfico e entrevistas a duas mulheres, que em sua trajetória foram mães nas ruas, identificadas por informantes qualificados -estudantes da graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) – que compõem o Curso de Atualização em Redução de Danos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o qual elas fazem parte como facilitadoras bolsistas<sup>4</sup>.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas na Unifesp, para propiciar um diálogo mais livre em que o sujeito da pesquisa e pesquisador construam um ambiente de mais liberdade. Segundo Gil (1999, p. 119) *“este tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados”*. A entrevista teve como foco central a histórica da maternidade na rua, as formas de (des)proteção social e o direito à convivência familiar e comunitária e o direito à maternidade.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas integralmente, para que no ato da entrevista fosse possível uma atenção maior às expressões e sentimentos das entrevistas aos sujeitos e para que não se perdesse nenhum dado importante, construindo uma maior análise sobre os detalhes trazidos nessas narrativas. Após a transcrição dos áudios, foram analisadas cada uma das entrevistas buscando a compreensão da vivência desses sujeitos observando sua perspectiva pessoal e o contexto social vivenciado.

A análise dos dados da entrevista foi feita pelo método de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 47):

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2011), indica que a Análise de conteúdo é desenvolvida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Nessa pesquisa, a primeira fase de pré análise, trata-

---

<sup>4</sup> Realizado na Unifesp pelo Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão “DiV3rso: Saúde mental, Redução de Danos e Direitos Humanos” vinculado ao Programa de Extensão Universitária de Apoio à Rede de Atenção Psicossocial.

se de realizar uma leitura flutuante a fim de identificar indicadores para reflexão e análise do conteúdo das entrevistas; a segunda fase de exploração do material será codificada os indicadores a fim de explorar as narrativas e conhecer as similaridades entre elas; na terceira fase de tratamentos de resultados a apresentaremos reflexões e interpretações do conteúdo visando a perspectiva da trajetória das mulheres nas ruas e os direitos.

Os riscos dessa pesquisa estavam relacionados à rememoração de experiências adversas que as entrevistadas enfrentaram e enfrentam no decorrer da sua trajetória nas ruas e gerar possível desconforto a elas, sendo esse o único possível risco da pesquisa para com a sujeita.

Como benefícios esse estudo traz a possibilidade de proporcionar espaços de fala que darão visibilidade às mulheres mães nas ruas e os resultados podem auxiliar na reflexão e elaboração de políticas e programas sociais, amparando, conseqüentemente, as pessoas que vivem nas ruas.

O primeiro capítulo dessa pesquisa intitulado *Mulheres que vivem nas ruas: caracterização e considerações sobre o fenômeno* inicia às reflexões acerca da situação de rua como uma expressão da questão social e fruto da relação capital X trabalho, caracterizando o perfil dessa população e fazendo considerações acerca da realidade dessa população. Além disso, em seus subitens retratamos um breve apanhado histórico afunilando as discussões à realidade das mulheres nas ruas e o contexto da (des)maternização.

No segundo capítulo, buscamos fazer as análises dos elementos encontrados nas entrevistas buscando estabelecer pontes e reflexões acerca do conteúdo levantado no primeiro capítulo e as realidades narradas pelas mulheres mães.

Nas considerações finais, foi composta a reflexão dos elementos encontrados nas entrevistas com uma breve síntese teórica, fazendo uma análise a respeito dos direitos e/ou violações produzidas no processo da maternidade nas ruas, destacando em suas narrativas a produção e/ou ausência de proteção social.

## **CAPÍTULO 1 MULHERES QUE VIVEM NAS RUAS: Caracterização e considerações sobre o fenômeno**

*Estar na rua.*  
*Foge de toda a segurança da gravidade*  
*do problema.*  
*Esvazia-se toda a mente, todo o*  
*conceito de segurança se vai.*  
*Família, amigos, educação...*  
*Agora o que vale é a sobrevivência.*  
*Estar na rua.*  
*Sem para onde ir.*  
*Cada dia é como se fosse um novo dia.*  
*Dormir é solidão.*  
*Acordar é depressão.*  
*Rotina*  
*A violência está em toda parte, não se*  
*pode confiar em ninguém.*  
*A exploração de mão de obra traz*  
*dignidade*  
*Roubar e ir pra prisão*  
*Não.*  
*Sem educação*  
*Sem aceitação*  
*A rua é o último*  
*Refúgio de um cidadão*  
*... de preconceitos*  
*Onde não se tolera traição*  
*Estar na rua.*  
*Livre de toda a obrigação*  
*Entre delírios e loucuras*  
*Da paixão.*

*Sem banho entre fezes e lixo acende o*  
*cachimbo*  
*Dura união*  
*Prostituição, tudo vale*  
*Pela... e satisfação*  
*E nas sombras*  
*Vive uma população sofrida,*  
*Amargurada pelo peso de uma dor*  
*passada*  
*Um buraco negro*  
*Que atrai homens, mulheres e crianças*  
*Vencidas pela exclusão.*  
*Um povo livre de ética da moral e*  
*fugitivo*  
*De sua própria consciência*  
*Que busca esquecimento*  
*O alívio de sua dor*  
*Valoriza deu cachimbo*  
*Só o que lhe restou*  
*Sua cor é parda, branca e negra*  
*A rua aceita todas, embaixo da ponte*  
*Nas calçadas, nas praças, nos canos de*  
*esgotos*  
*A rua está em todo lugar.*  
*A rua canta, chora.*  
*Canta estória e história*  
*A rua tem rua própria*  
*Sociedade.*  
*Na calçada um rastro de sangue*  
*Alguém quebrou a cabeça de alguém*  
*E esse rastro vai até a base do guarda*  
*onde o rastro parou*  
*Alguém socorreu!*

**Pesquisador Social**

Mendigo, sem teto, vagabundo, morador de rua, carentes, vadios, loucos, marginais... muitos são os nomes usados para definir as pessoas que fazem das ruas forma de subsistência ou moradia. Segundo Silva (2006) a situação de rua é uma expressão radical da questão social na contemporaneidade. A mesma é definida através do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, Art. 1º, como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O fenômeno da população em situação de rua tem avanço, no contexto da industrialização inglesa, com a expropriação dos camponeses de suas terras em meio ao avanço industrial e de urbanização, junto a esse grupo também estavam os deficientes físicos aos quais se classificava como incapazes de exercer os trabalhos ofertados, levando esse conjunto de pessoas a ocuparem áreas públicas nas cidades uns pedindo por alimentos, dinheiro e vestimenta.

No contexto da pauperização acima mencionada, dividiam-se olhares entre a caridade e higienização de um grupo populacional classificado como perigoso, composto essencialmente por pessoas pobres e com elementos fundantes de dada exclusão social, por vezes praticavam furtos, levados pela necessidade de subsistência. As ações, a partir do período abordado no parágrafo anterior tomavam cunho de higienização e controle grupo populacional.

[...] as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. O perigo social representado pelos pobres era como se fosse uma doença contagiosa. (GIORGETTI, 2006, p. 86, apud CHALLOUB, 1990)

Sendo uma expressão radical da questão social (Silva, 2009), viver nas ruas possui determinações derivadas da relação Capital X Trabalho, decorrentes essencialmente da lógica de acumulação capitalista. Ainda segundo a autora, o fenômeno desencadeado em meio ao pauperismo da Europa industrial é composto dos seus sujeitos como protagonistas da condicionalidade da venda de sua força de trabalho para sobrevivência, dada a expropriação de seus meios de subsistência somada a fatores tais como: condições de produção em larga escala, exploração dos sujeitos absorvidos pelo trabalho industrial, crescendo a produção ao passo que aumentava também a superpopulação relativa, que, além de expropriada dos seus meios, não era absorvida pela indústria, sendo, dessa forma, a condição necessária de (re)produção do capital.

Percebe-se, parafraseando Marx, que criar postos e condições de trabalho e obrigar o proletário a vender o único bem que possui – sua força de trabalho – não é o suficiente para manter a lógica do capital. É necessário que esses trabalhadores aceitem essa lógica como natural e evidente e a ela se submetam sem resistência. Ao criar um exército industrial de reserva, ou seja, uma superpopulação apta, a espera de trabalho, o capitalismo mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e garante sua reprodução lógica. (PEREIRA, 2008, p.40-41)

Segundo alguns autores como Bursztyn (2003), Broide (2018) e Rosas (2005), essa população é composta por pessoas que vivem em situação de miséria, com acesso mínimo ou nulo a educação, sem possibilidades e ofertas de trabalho, com laços familiares rompidos, que enfrentam questões relacionadas à saúde mental, pessoas LGBTTQI+ (Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersex +) – principalmente transgêneros e travestis - egressos do sistema penitenciário, entre outros, fazendo da rua seu ambiente de sustento e/ou moradia temporária ou permanente. Conforme analisa Rosa (2005) trata-se de uma questão ampla, articulada e determinada por vários elementos.

A questão da população de rua “não é uma questão isolada dos problemas que ocorrem no plano internacional. [...] referentes às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. Está também intimamente ligada ao modo como a sociedade brasileira se organiza, em um processo concentrador de renda, marcado por desigualdades sociais, conjunturas econômicas de recessão e desemprego e agravamento das más condições de reprodução da vida urbana, como moradia e saúde, por exemplo” (p. 29)

Para refletir subexistência da população em situação de rua é preciso refletir a questão da pobreza e analisá-la dentro da ordem capitalista. Segundo Bursztyn (2000, p. 55) “[...] É importante diferenciar pobreza de miséria: no primeiro caso trata-se de um nível médio de vida nos patamares inferiores da sociedade; no segundo caso, trata-se de condições de vida abaixo dos padrões mínimos de subexistência.”

Na lógica das ruas, o objetivo de todos os dias é garantir alimentação, higiene e articulações que possibilitem, dentro de seu grupo e sua resistência a sobrevivência do dia. Essa lógica mecaniza as relações e construções da vida, assim, dificultando mudanças, planejamentos e reconstrução de projetos de vida.

Nesse contexto, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)<sup>5</sup> (2010) traz em sua cartilha o argumento do movimento de expansão da situação de rua segundo a lógica capitalista, afirmando:

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é a condição para que o capital possa se produzir e aumentar sempre seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender os direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos. (p.8)

Pela diversidade presente nessa população, a abordagem das políticas sociais deve ser pensada de forma a atender a amplitude de suas diversidades, pois, diferente de outros grupos não é possível traçar um perfil homogêneo dessa população que é dinâmica e territorializada.

O morador em situação de rua viveu e vive perdas muito significativas na sua vida, viveu e vive com seus laços sociais esgarçados e também com incessante tentativa de reconstrução de novas sociabilidades. Geralmente rompeu com a família, com o trabalho, com as pessoas e lugares significativos e caros a ele. (BROIDE, 2018, p.25)

A rua como ambiente de violações e violência estigmatizada pelos contextos históricos, exige enfrentamentos diversos da população que nela

---

<sup>5</sup> O Movimento Nacional da População de Rua, criado em 2005, a partir de movimentos de grupos de São Paulo e Minas Gerais mobilizando-se em resposta da chacina ocorrida em 2004 na praça da Sé em São Paulo que gerou óbito de 7 moradores em situação de rua. O movimento atua na reivindicação e luta por políticas públicas, garantia de direitos e dignidade para as pessoas que vivem nas ruas. (MNPR – Cartilha Direitos: Conhecer para lutar, 2010)

vive, além de ações das políticas sociais que terminam por não trazer desenvolvimento social e autonomia dessas pessoas e sim reprodução de ações de cunho higienistas reformulando as antigas formas de controle dessa população.

A vida na/da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é lócus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua per si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade. (ROSA, 2015, p.276)

Segundo Nascimento (2003, p.62)

[...] passam a “não ter direitos”. Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. [...] o Estado desaparece e os organismos internacionais são ineficientes. Instala-se uma espécie de genocídio disfarçado em que milhares de homens e mulheres morrem, a cada ano, de fome, Aids ou guerras.

A situação de rua, embora seja uma expressão da questão social que é encontrada de forma mundializada possui uma lógica e particularidades territoriais como, por exemplo, a forma de organização dos grupos, origem e contexto socioeconômico, formas de socialização, educação e disponibilidade de serviços e mecanismos de sobrevivência, que variam entre as cidades e até mesmo bairros ou grupo, ainda que na mesma região. O acesso aos direitos e a proteção social de quem vive na rua, em geral, é inconstante e negado. Quem vive nas ruas, condiciona-se a frequentes adaptações aos meios em que vivem para garantir sua sobrevivência.

São particularidades decorrentes dos hábitos e, valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. (SILVA, 2009, p.94)

É sabido que a ida às ruas nem sempre ocorre de forma imediata, muitas vezes decorre de instabilidades e oscilações, entre tentativas de vínculos com familiares e de moradias alternativas e/ou irregulares (cortiços, palafitas, albergues, abrigos, casas de passagem, entre outros); porém, por vezes, ocorre de forma repentina motivada por diferentes situações e rupturas de vínculos.

No âmbito da proteção social à pessoa que vive nas ruas, é recente o reconhecimento das demandas da pessoa que vive nas ruas, embora a cartilha

do MNPR relate o início das organizações por reivindicações de demandas dessa população datadas em meados de 1960, em alguns municípios brasileiros.

A Constituição Federal (CF) de 1988 traz em sua redação a garantia da Seguridade Social, composta pelos direitos referentes à saúde, previdência e assistência social responsabilizando o Poder Público a garantir direitos universais, ressaltando para as nossas reflexões seu Art. 203, que trata da Assistência social que “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Assim, observamos que a luta pela conquista de direitos e atendimento integral para população que vive nas ruas possui alguns marcos políticos:

- CF 1988;
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que assegura atendimento integral e priorizado a população em situação de rua;
- Lei Orgânica de Assistência Social, 1993, alterada pela Lei nº 12.435 – que em seu Art. 23 garante criação de programas de amparo à População em Situação de Rua: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial;
- RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
- Política Nacional para a População em Situação de Rua, através do Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009;
- Resolução nº 20 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 24 de abril de 2012, foram instituídos Centros



de Referência Especializados em População em Situação de Rua – Centros Pop – unidades públicas voltadas para o atendimento especializado à população em situação de rua, em âmbito individual e coletivo;

- A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 que aprova a Política de Atenção Básica e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que define as normas sobre políticas de saúde, instituindo o Consultório na rua como política de saúde às pessoas que vivem nas ruas;
- Lei 13.714 de 17 de agosto de 2018 que assegura direito de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo sem comprovante de residência.

### **1.1 Breve contexto histórico da questão**

Não é possível datar ao certo quando surge o fenômeno de população situação de rua, porém sabe-se que o avanço industrial e a consolidação do sistema de produção capitalista intensificam esse movimento.

Segundo Silva (2009, p.19)

Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa, no contexto da “acumulação primitiva”, caracterizada por Marx (1988) como a violenta desapropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, sem completa absorção pela indústria nascente, originando o pauperismo, que se generalizou na Europa Ocidental, ao final do século XVIII.

Neste contexto das sociedades pré-industriais, o trabalhador camponês, um tradicional produtor rural foi privado de suas terras, expropriado dos seus meios de produção, de modo violento e passou a possuir somente o seu conhecimento e sua força de trabalho que nesse momento compõe parte do sistema ascendente de produção do Capital. Assim, já não possuía seus rendimentos e acesso às suas produções de quando possuía suas terras e direcionou seu tempo a produzir para grandes proprietários de terras.

Ao passo que o trabalhador camponês é destituído de sua fonte de subsistência, avança o crescimento da indústria, mas, de acordo com Silva (2009):

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. (p.74)

Desse modo, amplia-se a população que sem acesso aos meios de produção ou acesso ao trabalho passa a viver pelas ruas, taxados de vagabundos, vadios e ladrões. Essa ampliação intensa da pobreza registra o agravamento da desigualdade social e é visto nesse período, a pobreza nos moldes capitalistas que segundo Netto:

Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antigüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas. (2001, p.42)

Sob as novas condições de produção e a presença de mão de obra excedente nas ruas, vistos sob olhares de criminalização, foi criada no século XV na Inglaterra, uma legislação, iniciada por Henrique VIII, contra a “vagabundagem”, a lei previa punição e prisão aqueles que se mantivessem em condições de “vadiagem”, implicando que o trabalhador expulso de seu meio rural aceitasse trabalhos voltados para indústria com baixos salários e sujeitado a condições de trabalho que remontavam a servidão.

Assim, caracterizamos como base histórica esse êxodo rural forçado como a composição do agravamento do fenômeno situação de rua – já visto, no contexto brasileiro, e ampliado através dos moldes da libertação dos escravos, em que a falsa liberdade somado às más condições de vida pós abolição geraram profunda miséria, além da incidência da ausência de moradia, configurando a situação de rua, naquele período - junto a essa população definida por Silva (2009, p. 75) como nascida no seio do pauperismo, crescente com o avanço e consolidação dos interesses do Capital, também marcado pelos avanços do pensamento neoliberal na organização de políticas e atendimento de cunho sócioassistencial.

No curso da história, as abordagens dessa população oscilam entre a repressão e o assistencialismo. São, em geral, público alvo de ONGs e trabalhos comunitários dos mais variados segmentos religiosos.

Historicamente foram invisíveis aos olhos do Estado brasileiro até que na década de 1980 com a discussão e formulação da Constituição Federal denominada “Constituição Cidadã”, que têm seus debates formulados em garantia de direitos e discussões a respeito dos Direitos Humanos, trazem também os debates ao respeito dessa população flutuante e a necessidade de debater políticas que sejam executáveis no contexto vivido pelos cidadãos das ruas.

## **1.2. Mulheres em situação de rua**

Em inúmeros espaços e vivências da sociedade as relações são permeadas pela lógica masculina e patriarcal, reproduzindo discriminações, violações e violências de existência, saúde física e mental da vida e corpos das mulheres, trazendo nas vivências submissão à figura masculina e a construção da lógica do binarismo de gênero que nas relações sociais influencia em toda orientação sexual ou identidade de gênero.

Os seres humanos nascem machos e fêmeas, se considerarmos apenas a condição biológica. Contudo, é através dos processos educativos e do convívio social que se tornam homens e mulheres, aprendendo sobre o que é considerado pela sociedade ser um ou ser o outro. A identidade social é, portanto, construída no convívio comunitário. (SAFFIOTI, 1987)

Assim, dentro dessa lógica patriarcal a identidade feminina construiu-se através da ideia do homem como provedor do lar e a mulher detentora do cuidado com a família e atividades domésticas, um pensamento que permeia as relações e divisão social do através dos tempos, relações essas que atrasam as conquistas de direitos das mulheres.

As mulheres são inseridas no mercado de trabalho com o advento da industrialização e a necessidade de ampliação de sua mão de obra, assim como as crianças, e a partir de sua condição como trabalhadora é que as mulheres passam a organizar-se e construir juntas demandas e lutas afim de possuir direitos.

Porém, mesmo com os avanços dos pensamentos a respeito da mulher e o seu papel na sociedade ainda é presente na reprodução das relações familiares e comunitárias a responsabilização da mulher pela sua família, casa e filhos.

A rua, portanto, não se faz diferente e possui determinantes que agravam a condição das mulheres que nela vivem por ser um ambiente construído através de uma lógica masculinizada não só de organização como de atendimento, visto que por muito tempo a rua teve predominância da população masculina.

Muitos são os fatores para que as mulheres recorram às ruas e variam ou por vezes se somam as determinações sobrevivência e subsistência, são alguns deles: violência doméstica, falta da rede de suporte afetivo-social (família e amigos), desejo de reconstruir a vida, desemprego, dependência química, entre outros. Porém, é marcante que para essas mulheres a rua é maneira de existir dentro da lógica da sociedade capitalista, colocando-as em meio ao ambiente historicamente ocupado por homens, mas que as mulheres vêm ocupando com mais frequência e adaptando-se para se encaixar à lógica masculinizada da rua.

Empiricamente observamos que viver na rua, para as mulheres, perpassa pela necessidade de construírem relações que assegurem a viabilidade da sua vida cotidiana, uma vez que sozinhas são mais vulneráveis às violências presentes na rua. (ROSA, 2015, p.276)

A condição da mulher na rua é permeada pela moralidade e pelos pensamentos do ideal da mulher mãe, do cuidado, da aparência, da vaidade e do papel da mulher na família pelo pensamento da sociedade patriarcal, mencionado acima que as criminaliza e subalterniza, questionando suas capacidades e independência, controlando seus corpos e adoecendo suas mentes.

A mulher, na realidade da rua, de acordo com Broide (2018), Alves (2013), e Tiene (2004), torna-se, vulnerável além de ser sexualizada com frequência e está a todo o tempo conflitando na relação entre seus desejos e a sobrevivência condicionando-as, por muitas vezes, tendem a aceitar a lógica machista e a sujeitar-se as condições do papel social atribuído às mulheres.

Nas ruas, desenvolvem relacionamentos e gestações e, por vezes constroem estratégias de resistências e enfrentamentos à vida nas ruas adotando comportamentos violentos e/ou adotarem comportamentos socialmente considerados masculinos, a fim de proteger-se ou possuir o cuidado de um homem garantindo menos violências, principalmente sexuais.

A violência surge de todos os lados e está muito presente na vida dessas mulheres. É sabido através de relatos, que muitas sofrem abusos sexuais constantes desde criança, elas apanham com frequência, muitas vezes do próprio parceiro que a protege. "As mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos revelam traços de "utilidade-obediência. " (ALVES, 2013,p.3 *apud* TIENE, 2004, p. 156)

Além do fator que elencamos sobre a mulher subalternizada diante da figura masculina, é freqüente nas ruas a figura da menina e mulher de forma sexualizada, seja pela proteção, violência quanto pela subsistência.

A rua em si se mostra quase sempre como um ambiente violador para as mulheres, pois as formas de parcerias e estabelecimento de relações, muitas vezes é entrelaçado pela prostituição e violência contra os seus próprios corpos. Com a dificuldade do acesso ao mercado de trabalho formal, muitas das mulheres e meninas que vivem nas ruas buscam na sexualidade a forma de garantir o seu sustento, da família e filhos. (CRP, p.2)

Em relação as inúmeras violências sofridas pelas mulheres nas ruas, Pereira (2018) destaca a situação das mulheres negras:

[...] a forma como as mulheres, *especialmente as negras*, vivenciam essa condição e são atendidas pelas políticas públicas. Esse atendimento, muitas vezes, reforça um lugar de criminalização da condição feminina, de objetificação do corpo da mulher em relação ao uso de drogas. Muitas são "tratadas" para não se tornarem "vetores" de transmissão de HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), na medida em que é comum toda sorte de abuso e uso sexual de seus corpos.[...] [A] sacralização da família e da centralidade da mulher nas condições de sua reprodução só reforça estigmas e lugares em relação a elas. (p.28-29)

O trecho acima, trazido por Pereira (2018), em um texto que trata da "Higienização social e disputas de projetos de cidade" fomenta um debate importante acerca dos atendimentos em saúde das mulheres, especialmente as negras, que vivem nas ruas. É fundamental aprofundar as análises das dimensões de raça/cor, nas pesquisas com pessoas que vivem nas ruas, para discutir o racismo encrustado na sociabilidade brasileira. A afirmação remete a uma lógica higienista no tratamento de seus corpos, somado ao estigma do uso de substâncias psicoativas, produzem atendimentos em se objetificam o corpo

das mulheres através da atenção às suas doenças, mas não se realiza um trabalho de escuta, promoção e/ou prevenção a partir das realidades vivenciadas. Assim, sendo essas sujeitas tratadas, como Pereira define, “vetores”.

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua de 2007/8, obteve alguns dados importantes para nossas reflexões sobre motivos potenciais da ida de mulheres às ruas.

Indicou que nos 71 municípios onde houve a pesquisa, foram encontradas 31.922 pessoas vivendo nas ruas e que desse número 18% são mulheres. O fato a ser abordado é que a rua como a expressão mais radical da questão social traz consigo além das violações, violências, ausência do Estado, estigmatização, reprodução dos pensamentos conservadores socialmente instaurados, principalmente quando se fala sobre a mulher que vive nas ruas.

A faixa etária de mulheres que vivem nas ruas encontra-se entre os 18 e 55 anos, ou seja, idade produtiva e grande parte dessa população possui o ensino fundamental incompleto (45,87%), havendo uma taxa de analfabetismo de cerca de 21,87%.

Somados aos dados acima, o Censo elenca alguns dados a respeito da trajetória dessas mulheres: 21,4% sofrem de questões ligadas a saúde mental, internando-se por hospitais psiquiátricos, 20,5% fizeram uso prejudicial de álcool e outras drogas e há uma porcentagem não exata de egressas do sistema penitenciário.

Sobre a ida as ruas, a pesquisa afirma que 22,56% das mulheres citam a perda da moradia como motivo principal para viver nas ruas, 21,92% por problemas familiares, 11,68% uso prejudicial de álcool e outras drogas e 8,8% o desemprego.

Um dado importante trazido por essa pesquisa e que corrobora com as afirmações da ideologia e desigualdade de gênero na sociedade está relacionada a oferta e oportunidade de trabalho, enquanto a porcentagem obtida sobre os homens que vivem nas ruas e já trabalharam com carteira

assinada é de 52,2%, nas mulheres entrevistadas apenas 26,4% já exerceram esse tipo de atividade. Os números são significativos e refletem a intensa desigualdade de gênero presente na divisão social do trabalho e na sociedade. Reflete-se também nesses dados a condição de submissão da mulher, que muitas vezes não trabalha e seu sustento advém das rendas de seu pai e/ou esposo, além dos dados acima mencionados sobre o acesso à educação.

Um fator elencado por Bezerra e Rosa (2004) é a já mencionada predominância masculina nas ruas. Segundo as autoras, isso deve-se a condição histórica da lógica de submissão da mulher na sociedade que faz com que elas encontrem na família mais possibilidades de cuidado e moradia em troca de serviços domésticos, condição que por vezes leva a outras formas de violências, tanto quanto a rua. Além disso, elencam que acessam mais a programas de redistribuição de renda pelo estigma da responsabilização pelos cuidados.

Se adicionarmos as questões levantadas o recorte da diversidade sexual, encontramos um cenário ainda mais complexo, principalmente se direcionarmos a população “T” (travestis, transgêneros e transexuais), segundo o Conselho Regional de Psicologia (CRP):

Para as mulheres transexuais a problemática se intensifica ainda mais, sobretudo no que diz respeito ao estigma e inserção no mercado de trabalho pois, tal condição de invisibilidade social submete essas pessoas a um submundo perigoso e de muitos riscos, arriscando a vida como profissional do sexo, sem garantia alguma ou perspectiva de mudança de vida. Nesse caso o preconceito é duplo, pelo fato de ser mulher e pela incapacidade da sociedade de lidar com as questões de gênero. (s/a, p. 3)

O fato é que mediante ao quadro encontrado, e o avanço do pensamento e atuação de um projeto de sociedade neoliberal, as políticas sociais vigentes possuem um caráter residual e não suficientes para a demanda encontrada, a exemplo dos abrigos, que hoje além de oferecerem poucas vagas, possuem regras que violam a individualidade das pessoas que o procuram.

Assim, têm seus direitos triplamente violados, visto que muitas vezes não são garantidos, quando garantidos não possuem a capacidade necessária

para efetivação e por vezes ferem sua individualidade e modo de viver, e na contramão da garantia de direitos, aprofundam o controle social.

### **1.3 Maternidade nas ruas: controle social, (des)proteção social e (des)maternização**

Mães órfãs de seus próprios filhos, sequestrados, antes da primeira mamada, nas maternidades de várias cidades do país. Cordão umbilical arrancado com violência, interrompendo compulsoriamente a relação mãe-filho(a), reduzindo-a à mãe-depositária, com quem o bebê só pode permanecer até o nascimento e, tão logo retirado de seu útero, entregue a equipamentos de “proteção” (SIQUEIRA et al., 2018, p. 52)

O atendimento a população em situação de rua em geral não é abrangente, pois os profissionais/serviços não estão aptos a abordagem dessa população determinada flutuante, devido a seu trânsito contínuo e desenraizamento socioterritorial, e nem mesmo para as questões sócio-históricas que permeiam essas relações.

No que tange à mulher e a condição de maternidade nas ruas observamos através de recentes discussões o reflexo da (des)proteção social produzida através dos atendimentos. A temática vem tomando proporções de reflexão na sociedade e também para os/as assistentes sociais à medida que tem sido trazido a realidade encontrada para discussões da categoria, como a oficina organizada pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) – “Maternidade de mulheres em situação de rua, em uso de substâncias psicoativas, que resultam em destituição do poder familiar.”<sup>6</sup>; o caso da mulher em situação de rua Janaína no município de Mococa/SP, que foi esterilizada compulsoriamente com justificativa da proteção da sua vida e dos filhos do que os promotores consideraram como uso abusivo de drogas e álcool; a reportagem do site Sul 21 que traz a discussão da reunião da Comissão de Direitos Humanos em que mães denunciam práticas que denominam como “fábrica de acolhimentos”<sup>7</sup>; e o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)<sup>8</sup>.

---

6 Vide pág.12.

7 Vide pág.12.

8 Vide pág.12.



O fenômeno de afastamento de mães e filhos não é recente, segundo Merhy, Jorge e Faria (2018):

Sabíamos que isso tinha acontecido e de um modo bem sistemático, sustentado em normativas do estado brasileiro, no caso da política governamental de combate à hanseníase, no século XX, e que ainda, eventualmente, acontecia a partir do julgamento por agentes públicos da “impossibilidade” de algumas mulheres de exercerem o seu legítimo direito à maternidade, muitas vezes com argumentos bem frágeis que criminalizavam ou culpabilizavam essas mulheres por suas próprias dificuldades. Além disso, muitos de nós, de uma certa forma, estávamos acostumados ou cegos sobre essas dolorosas experiências vividas por outros, e não ficávamos alertas sobre esses acontecimentos, que depois de visibilizados, ocorriam debaixo dos nossos narizes (p.5).

Os autores relatam a experiência do caso de Minas Gerais que a partir de 2014, publica recomendações do Ministério Público de Minas Gerais com orientações para os serviços de saúde à comunicação com a Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte quando identificadas mães em situação de vulnerabilidade social e/ou uso prejudicial de substâncias psicoativas para que “[...]o judiciário tomasse providências conforme seu julgamento, que como regra valoravam sobre a incompetência para o exercício da maternidade como efeito daquela situação”. Além disso, em 2016 uma portaria do judiciário de Belo Horizonte tinha objetivo de institucionalizar essa prática.

Deste modo, acrescentam:

[...] seja pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas, por estar ou viver nas ruas, num primeiro momento, mas depois, apenas pelo uso eventual de alguma droga em algum momento da vida, pelo fato de ser pobre, negra ou mesmo ditado por algum tipo de preconceito sobre alguns grupos sociais tidos como menos capazes (p.5-6).

Sob a ótica e consequência da responsabilização das mulheres mães por sua condição, Souza et al. (2018) denomina essas mulheres controladas pelo Estado que perdem o bebê de forma compulsória de “*Mães Órfãs*”, movimento que Belloc, Cabral e Oliveira (2018) denominam desmaternização.

Citando Souza et, al (2018):

Via de regra, as pessoas em situação de rua, com quadros de sofrimento psíquico e/ou em uso de álcool e/ou outras drogas são consideradas “vulneráveis”. Nestas ocasiões, o papel do Estado deveria se direcionar a promover ações para o fortalecimento destes sujeitos, agindo a partir de demandas e especificidades que apresentam. Contudo, assistimos a relatos de frequentes violações dos direitos humanos e desrespeito ao arcabouço legal que determinam os direitos da criança e família, fenômeno paradoxal, uma vez que tem sido respaldado por instituições que deveriam ser

as guardiãs da justiça. Vê-se que este é um campo de permanentes disputas em que entram em cena o sistema judicial, o sistema de proteção social, o sistema de saúde, operando uns sobre os outros. (p.32)

Belloc, Cabral e Oliveira (2018), ao analisar o levantamento realizado em 5 (cinco) maternidades de Porto Alegre/RS<sup>9</sup>, sobre os partos de mulheres usuárias de drogas em situação de vulnerabilidade, indicam que:

[...]. Foram 270 partos em 2016, sendo que destes [...]112 casos de partos de gestantes usuárias de drogas foram encaminhados para o Judiciário, ou seja, 43% dos casos. Destes, 60 crianças recém-nascidas foram encaminhadas diretamente para acolhimento institucional, o que significa 23% dos bebês nascidos e mais da metade das situações encaminhadas ao sistema de justiça, o que já é um índice altíssimo de encaminhamentos. Outro destaque é de que o maior número de casos judicializados se concentrava no hospital municipal considerado referência na saúde materno-infantil. (p.43-44)

Quando tratamos especificamente da mulher sabe-se que na rua vê-se a gestação e o nascimento de seu filho e, por conseguinte a mulher mãe, mas o período que antecede sua gestação e o que sucede, ou seja, sua história, não é vista. Torna-se um sujeito não priorizado em sua própria história, sendo em quase todos os casos, expropriada até mesmo do direito de exercer a maternidade, “seqüestrando-se” seus filhos, situação que se agrava quando associada também ao uso de substâncias psicoativas.

As mães cujos corpos não sejam considerados suficientemente controlados pelo Estado serão então consideradas incompetentes para a maternagem, ou, ao menos, para uma certamaternagem esperada e preconizada para a formação dos corpos para o trabalho, por um Estado regente de uma sociedade de controle, sociedade de sequestro (SOUZA et al., 2018,p.29)

De acordo com pesquisa de Eunice Fávero “Realidade social e perda do poder familiar: desproteção social x direito a convivência familiar e comunitária, realizada nos anos de 2011 a 2013 e publicada em 2014, a mãe é o ente que mais têm tido o poder familiar destituído. Logo, trazendo a tona que o cuidado da família, nos autos judiciais é atribuído com frequência às mulheres. A mesma pesquisa constata que em 19% dos autos pesquisados as pessoas que mais tiveram o poder familiar destituído vivem nas ruas.

---

<sup>9</sup> “Um levantamento, ainda inédito, relativo ao ano de 2016, realizado pela Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul nas maternidades do estado nos permitiu dimensionar a extensão do que chamamos de protocolos do fracasso. O mapeamento foi fruto de uma solicitação do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e teve por objetivo conhecer os dados relativos aos partos das mulheres usuárias de drogas e em situação de vulnerabilidade social”. (Belloc, *et al*, 2018, p. 43).

Esses dados evidenciam a responsabilização da mulher, no que tange a cuidado com os filhos e deve-se em suma, a condição da mulher, historicamente, em relações permeadas pela lógica masculina e patriarcal, reproduzindo discriminações, violações e violências de existência, saúde física e mental da vida e corpos das mulheres, trazendo nas vivências submissão à figura masculina e a construção da lógica do binarismo de gênero.

Desse modo, conforme reflexões de SOUZA et al.(2018), observa-se que o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes sobrepõe-se ao direito do exercício da maternidade das mulheres mães em situação de rua e o direito a convivência familiar e comunitária, vulnerabilidade social ou em uso prejudicial de substâncias psicoativas, invisibilizando-as, assim, criando um paradoxo em que a medida protetiva de acolhimento institucional e a colocação em família substituta que visam o direito à convivência familiar e comunitária, violem direitos, à medida que rompem com os laços biológicos e institucionalizam crianças e adolescentes. Além disso, Belloc et *et al.* (2018) afirma que esse movimento tem levado a medida de acolhimento de crianças e adolescentes de uma medida excepcional à regra.

Pesquisas em âmbito nacional e no município de São Paulo constataram que a maior parte das crianças e adolescentes que vive em situação de abrigamento tem famílias, e na maioria delas não possui acesso a direitos sociais básicos: 67% de um total de 4.847 abrigados em São Paulo e 87,7% de um total de 20.000 crianças e adolescentes em abrigos investigados em âmbito nacional. (FAVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p.19)

Considerando nossas reflexões a respeito do exercício do direito a maternidade de mulheres mães que vivem nas ruas a partir dos dados elencados acima pelas autoras, emerge o debate acerca do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a condição socioeconômica da família e também de acesso aos direitos básicos.

As autoras trazem também como elemento a motivação do acolhimento de crianças e adolescentes, afirmando:

Ao longo da história e na realidade atual, os principais motivos que têm condicionado o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vinculam-se a impossibilidades materiais da família para lhes oferecer cuidados necessários à face peculiar de desenvolvimento em que se encontram, e mantê-los em sua companhia – as quais se objetivam, via de regra, pela ausência de trabalho, renda, condições de acesso à educação, saúde, habitação, assistência social, lazer, O que vem crescendo quase sempre da responsabilidade e responsabilização da mulher pelos cuidados e supostos descuidos com os filhos. (FAVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p.20)

O rompimento dos vínculos familiares, seja por abandono, entrega em adoção ou destituição do poder familiar não é um movimento recente. Historicamente, permeou as classes sociais por motivo distintos: em suas camadas mais abastadas tratava-se da moral, honra da família e da dignidade da mulher – solteira, viúva, separada, adúltera – que tinha filhos fora de seu casamento; em classes mais pauperizadas tratava-se da ausência de condições socioeconômicas para o cuidado com o novo membro da família. Nos dias atuais, podemos observar que a recorrência desse fenômeno dá-se em maior escala nas famílias pobres.

Com base nos dados acima citados e de acordo com o Art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que diz que *“A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do poder familiar”*, evidenciamos que as mulheres mães que vivem nas ruas são duplamente violentadas ao passo que são expropriadas de seus direitos básicos, levando-as a viver em condições altamente frágeis em um ambiente intensamente masculinizado que são as ruas e não podendo exercer seu direito à maternagem de seu filho, violando não só o direito enquanto mãe mas também o da criança segundo o artigo acima mencionado do ECA.

Se é fato que a família é elemento central ao desenvolvimento e socialização de crianças e adolescentes, também é presente a contradição de que a ausência de políticas de proteção social do Estado e a ineficiência das existentes, permeiam o cerne das relações e dos laços familiares, fragilizam os lares e levam a família às condições socioeconômicas de extrema pobreza, além de uma desvinculação com os territórios e cidades.

Assim, ao longo do percurso de vida, as famílias pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. (FAVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p.17)

Sabendo, portanto que no Art. 4º do ECA são responsabilizados a família, a sociedade e o poder público a assegurar os direitos básicos de crianças e adolescentes ao seu desenvolvimento, citado por Favero et al.(2008, p. 19) afirmamos que às mulheres mães que vivem nas ruas deveriam *“[...] mser dadas às condições de cuidar e educar seus filhos em todos os aspectos da vida social”*.

Muitos elementos compõem essa questão: a responsabilização da mulher em situação de rua por sua condição socioeconômica; a demanda da sociedade por

recém nascidos conforme interesses registrados no Cadastro Nacional de Adoção; a criminalização da mulher mãe com histórico de outras gestações seguidas de destituição do poder familiar, a ausência de políticas que favoreçam o período perinatal no que tange aos cuidados e a atenção ao perfil socioeconômico e demandas da família; dentre outros, geram violações nas políticas e atendimentos que ao invés de fortalecerem a convivência familiar e a condição socioeconômica da família terminam por romper vínculos biológicos e a favorecer a violação do direito à maternidade.

O fato é que sobre as mães em situação de rua, tal como elenca Fávero (2007) *não se sabe muito, pois lhes perguntam mal*. A ausência de escuta é um dos fatores que pode ser considerado preponderante às rupturas entre mães e filhos, institucionalizando filhos, principalmente os recém-nascidos e responsabilizando-a pela perda de seu vínculo com a criança baseado em suas condições objetivas e socioeconômicas de vida.

Segundo Belloc, Cabral e Oliveira (2018):

Frente a todas estas lacunas e violações de direitos que as mulheres vivenciam nos processos de *desmaternização*, chamamos a atenção para o sofrimento psíquico daí decorrente, como no caso da acentuada angústia de separação ou de desrealização diante da experiência dos bebês sem rosto ou mesmo das citadas fantasias sobre os “bebês monstros”. Tais vivências diminuem as possibilidades de elaboração do luto pela criança que foi desejada e lhe foi compulsoriamente retirada, ficando a experiência de roubo, de sequestro, de desaparecimento de seu filho, junto à vivência de uma culpa a ela imposta. E como consequência dessa falta de luto, o vazio do bebê roubado a ser preenchido por outro bebê, numa espiral de produção de gravidezes de repetição e sua desmaternização, muitas vezes com um próximo pré-natal e parto sem acompanhamento da rede de saúde e assistência, como forma radical e desesperada de constituição da maternidade. (p.46)

Além disso, os autores mencionaram que na pesquisa realizada no Rio Grande do Sul com mulheres usuárias de crack, a maternidade se constitui como fator de proteção para 33% das mulheres entrevistadas que “[...]sinalizaram os filhos como *motivação para a busca do tratamento*”.

Portanto, ao contrário das suposições das equipes e do senso comum, a maternidade é fator de proteção para a gestante usuária de drogas. Já as ameaças de perda da custódia dos filhos contribuem para o enfraquecimento da relação médico-paciente e para a redução de adesão ao pré-natal e do seguimento do cuidado em saúde mental. (BELLOC et al., 2018, p.47)

## **CAPITULO 2      MATERNIDADE NAS RUAS DE SANTOS: Trajetórias da (des)proteção social e (des)maternização**

*O corpo... o corpo em que me conheci nunca foi meu...  
 Foi do olhar dos homens e posse do Estado.  
 Cada passo nosso conta a história da violência dos nossos dias e contra os  
 nossos corpos.  
 Conta a história das nossas iguais que sob sua trajetória foi violentada e  
 silenciada. Traduz o preconceito, o machismo, o racismo, a desigualdade de gênero,  
 de classe que nos afeta, a miséria, o frio, a fome, a droga, nos oprime e pune nossos  
 dias.  
 Conta a história das parceiras de caminhada... das mulheres mães que tiveram  
 seus filhos raptados... 8 de 11 filhos que nunca mais soubemos nada ... 4 filhos que  
 sabemos e não podemos acessar ... crimes que cometeram contra nós mas que com o  
 silenciamento de nossas vozes nunca foram responsabilizados.  
 Mulheres que foram laqueadas antes mesmo de saberem de sua saúde.  
 A história dos hematomas em nossos corpos violentados e negligenciados a  
 medida que quem deveria nos proteger nos punem e que nossas denúncias são como  
 nossas vozes são caladas.  
 As violências repetem as histórias que não podemos contar apontam que  
 somos classificados, rotulados, excluídos, violentados por nosso gênero, nossa cor,  
 nossa classe ...  
 As histórias das nossas semelhantes que nas ruas, tiveram que ser  
 condicionadas à lógicas masculinizadas trocam seus corpos por subsistência e são  
 violentadas diariamente.  
 A ausência da escuta sobre nós nos matou e nos mata todos os dias.  
 Foi uma das maiores, senão a maior dor lutar para que meu corpo fosse de  
 direito meu, diria até que prossigo nessa luta com minhas semelhantes até o fim dos  
 meus dias.  
 Nos conhecemos, nos unimos, nós mulheres nos fortalecemos.  
 Na luta, mulher, o nosso grito vira eco e o nosso choro ganha colo.  
 Na luta nossa dor vira resistência.  
 Não cura nossas dores mas trabalha incessantemente para que novas dores  
 não atinjam nenhuma de nós.  
 A vida existe na rua, na estrada, em casa, em trabalhos.  
 A voz existe...  
 Na luta não seremos mais silenciadas umas pelas outras em nossas dores e  
 nas dores das nossas.  
 Nossa luta é resistência!  
 E sempre lembramos das que já estiveram conosco e hoje não tem mais força  
 ou as que tentaram silenciar violentamente.  
 Marielle sempre presente!*

de Mariane Cavalcante dos Santos

Esse capítulo trata da coleta e análise das narrativas dessa pesquisa. Com o objetivo de conhecer a dinâmica da vida e (des)proteção social das mulheres que vivem nas ruas de Santos, essa pesquisa deu voz às mulheres mães através de pontos da sua história, com o propósito de conhecer suas narrativas sobre a maternidade, o exercício do poder familiar e a abordagem dos diversos serviços e instituições do campo da proteção social pública. Analisar sua vida e trajetória significa reconhecer a rua como ambiente de relações sociais e, ressignificar os contextos vividos e a voz dessas mulheres que são nossos sujeitos de pesquisa.

Nesse estudo qualitativo, não se trata de quantificar em quantos casos produziram-se proteção social ou não, mas de observar de que forma se dão as lacunas e possibilidades dentro de um ambiente de violências, violações de direitos e ausência de proteção que é a rua.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres mães que estiveram em situação de rua e passaram pelo fenômeno da (des)maternização.

Essas participantes foram identificadas através de uma estudante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista e uma estudante da graduação que são facilitadoras do Curso de Atualização em Redução de Danos<sup>10</sup>, do qual as participantes de nossa pesquisa fazem parte.

O fato de as entrevistadas terem sido indicadas por informantes qualificadas, favoreceu o vínculo e a participação nesta pesquisa. As participantes contaram suas trajetórias com confiança e de forma livre, possibilitando conhecer melhor as realidades vivenciadas e os processos, especialmente de (des)proteção social e (des)maternização.

Desse modo, organizamos esse capítulo com o relato das entrevistas realizadas, seguida da análise do conteúdo, elencando elementos que

---

<sup>10</sup> Vide pág.14



consideramos importantes para o conhecimento da realidade social vivenciada por essas mulheres, na direção de dar voz as suas histórias.

A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada através de repetidas leituras às transcrições, elencando a partir delas pontos importantes para a reflexão da temática, observando características comuns entre as duas narrativas e buscando elementos que proporcionem o entendimento da realidade.

## **2.1 Análise das narrativas de mulheres mães em situação de rua**

“A”, 41 anos de idade, iniciou sua trajetória nas ruas quando teve seu primeiro relacionamento a partir do início do uso de substâncias psicoativas - *“ele já usava droga e eu não usava droga. E pra mim ficar com ele, eu acabei entrando nas drogas com ele”*(“A”,2018) – conforme segue seu relato, percebemos que ainda mantinha vínculos com sua família nas primeiras gestações - *“Ah não, eu tinha minha casa, tinha a casa da minha mãe”*(“A”,2018). De seus 11 filhos, A convive com três.

“B”, possui 30 anos de idade e sua história é similar à de “A”, na adolescência conheceu seu primeiro namorado e em seguida conheceu e passou a fazer uso de substâncias psicoativas *“tinha 14 anos, foi na semana do meu aniversário de 15 anos... e é aquela fase”*(“B”,2018). Nos relatos, observamos que também houve a presença dos vínculos familiares nas primeiras gestações. Dos 05 filhos que teve, uma faleceu de hidrocefalia, os outros quatro estão sob guarda e cuidados das famílias paternas e B apenas possui contato com a primeira filha.

Em ambas narrativas encontramos o fenômeno da (des)maternização de forma alarmante, considerando aqui também que ambas tiveram suas primeiras gestações na adolescência e iniciaram o uso de substâncias psicoativas para “estar junto dos namorados”.

*Só que a única coisa é era o começo da adolescência, né?! Aquelas que se apaixona, né, pelo primeiro*

*namorado. Foi meu primeiro namorado, com 15 anos. Ele tinha 15 e eu tinha 15. Só que ele já usava droga e eu não usava droga. E pra mim ficar com ele, eu acabei entrando nas drogas com ele e eu engravidei do meu primeiro filho. ("A", 2018)*

*tinha 14 anos, foi na semana do meu aniversário de 15 anos... e é aquela fase, você perde a virgindade, você não ta nem ai, não tinha muita informação sobre camisinha, essas coisas, minha mãe não conversava comigo, achava que isso ia me colocar para fazer, para estimular então comecei a ficar com um, comecei a namorar com outro, e o pai da Camille assim, foi paixonite, foi um dia só e fiquei grávida dela. [...] A gente foi crescendo, comecei a usar droga, beber bastante, aí fiquei grávida da minha segunda. ("B", 2018)*

Ao observar os relatos fica evidente a condição do uso das substâncias psicoativas para inserção em determinado grupo social, seu aprofundamento devido às questões afetivas e também como meio de sua sobrevivência, conforme elucidam os trechos abaixo e alguns já mencionados.

*Ai pensa... Foi assim minha vida... Foi tirando, aí eu fui tendo outros, foram tirando, mas nunca quiseram se interessar pela mãe, nunca se interessaram por mim, nunca se interessaram se eu queria ajuda, se eu queria viver com meus filhos, o que eu pensava disso, eles não queriam saber do meu sentimento, da minha dor. Ai, pra eu sair desse sentimento eu me internava nas drogas, eu vivia fumando e toda vez que acabava, vinha aquele sofrimento e eu tinha que usar droga pra poder sair da dor. Era assim a minha vida. Eu engravidava drogada, quando me dava conta eu já estava grávida e quando via já tendo a criança na rua, já tava atacando dor em mim,*

*eu ia ter e saía, assim, eu saía do hospital e meu filho não vinha comigo. (“A”, 2018)*

*Eu fui pra rua, não conhecia nada, então eu não conseguia dormir. Eu nunca ...assim, no início era difícil eu conseguir dormir porque eu não conhecia a rua. Eu não sabia como é que era, eu ficava com muito medo, muito medo. Então, eu fumava direto, fumava 24 por 48, vivia fumando crack, para não dormir. Quando não, dava um cochilinho num cantinho escondido e pronto sabe, já acordava com vontade de usar e foi passando os anos, aí eu conheci o pai do quarto filho meu que é o Marcos. (“B”, 2018)*

*Segundo Mattos e Ferreira (2005):*

como apontam os trabalhos de Silva (2000) e Snow e Anderson (1998). Vieira (1995) ressalta a importância do álcool como um elemento socializador nos grupos de rua, possibilitando ao indivíduo “integrar” uma rede tênue e efêmera de vínculos afetivos (p.2)

Ao caracterizarmos a população em situação de rua, um dos principais elementos encontrados são os vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. Observando as narrativas, com os trechos anteriores e outros podemos elucidar que enquanto os vínculos familiares ainda eram mais presentes na vivência dessas mulheres, a condição de rua era intermitente, entre idas e vindas a casa e a família. No entanto, quando há a ruptura dos vínculos, agrava-se o uso de substâncias psicoativas e elas passam a viver nas ruas.

Observamos também que a ruptura dos vínculos com os filhos foi causador de um aprofundamento no uso de substâncias psicoativas, mas as entrevistadas também trazem em seus relatos rupturas de outros vínculos significantes.

Conforme os relatos:

*perdi minha mãe, fiquei mais sem chão. Perdi minha mãe, não tive mais casa, me joguei pro mundo. (“A”, 2018)*

*Meu pai começou a adoecer nessa época, aí eu conheci um rapaz que foi morar na minha casa com os meus pais, meu pai já estava bem ruinzinho já, e eu acabei engravidando dele de novo pela terceira vez e nesse meio tempo que eu tava grávida, meu pai veio a falecer e eu tava usando muita droga. Eu tinha conhecido o crack através dele, né, então, eu tava, tipo, tava apaixonada pela droga, tanto que chegou um ponto que a minha mãe falou assim ‘Olha, eu vou entregar o apartamento’, o apartamento era da minha avó, ‘só que eu vou para casa da minha mãe você não vai poder ir comigo’. Meu ex-marido levou a nossa filha para São Paulo, eu vendi tudo o que eu tinha fui para a rua e minha mãe ficou com Camille. (“B”, 2018)*

As relações nas ruas, conforme mencionado no desenvolvimento dessa pesquisa, citando Broide (2018), Alves (2013), e Tiene (2004), são violentas e para proteger-se das múltiplas violências existentes na realidade das ruas as mulheres sujeitam-se a relacionamentos que por muitas vezes, são também violentos, mas livram-nas de outras recorrentes violências as quais muitas vezes não têm estrutura para fugir. Observamos abaixo o relato de “B” (2018), sobre seu último relacionamento na rua em uma condição bastante violenta. Houve uma tentativa de denúncia, sendo negligenciada pelos policiais.

*[...] eu tava passando por uma fase que a gente tava na rua, largado, jogado numa situação, que vou te dizer, deplorável. Ele me batia muito...Ele me batia, me batia, me batia e eu pedia pra Deus pra tirar aquele homem da minha vida... Ele falava que se eu tentasse fugir ele vinha atrás de mim, que ia me matar... Que se eu não fosse dele, não seria de mais ninguém. Tentei fazer uma denúncia. Uma vez que ele tava me batendo lá em São Vicente a polícia passou e nem se manifestou. Eu sempre*

*vivia com o olho roxo, sabe, era constantemente com o olho roxo até que eu fui presa.*

Para além das violências relatadas acima, ocorrem muitas violências advindas de preconceitos de forma institucional, o abuso do poder e também as freqüentes violações de direitos com veremos na sequência.

*[...] apanhei muito, levava spray na cara grávida, levava chute, era xingada, eu era "nóia", eu era "psica", eu era "vagabunda" e eu me sentia muito violentada, tanto que eu era revoltada que eu agredia eles, uma forma de me defender. Porque se eu to aqui e to usando droga, acho que era o momento deles chegar e conversar, falar não, não pode mas não eles chegavam já batendo, tapa na cara, metendo o cacetete. Eu levei uma cacetada na minha barriga. Eu, dormindo, chegou um PM da boina do lado, que é de São Paulo acordando nós no quiosque no Canal 2 e batendo no meu companheiro que estava do meu lado, eu acordando assustada, ele mandou eu calar a boca, eu comecei a chorar e ele espirrou spray na minha cara, falou que era pra mim calar a boca, entendeu? ("A", 2018)*

Algo que podemos observar nos relatos e de modo recorrente na pesquisa, é a questão das múltiplas gravidezes produzidas e sua (des)maternização (Belloc, Cabral e Oliveira 2018), gestação, de atendimentos com rápida destituição dos filhos e sem alguma satisfação das condições dos mesmos. E se os números de gestações e não convivências relatadas pelas mulheres mães são alarmantes, suas narrativas denunciam a história da violência do Estado contra seus corpos e vínculos com seus filhos.

A maior de todas as violências do Estado é o próprio Estado. Ele é, antes de tudo, uma força que sai da sociedade e se volta contra ela como um poder estranho que a subjuga, um poder que é obrigado a se revestir de aparatos armados, de prisões e de um ordenamento jurídico que legitime a opressão de uma classe sobre a outra. (IASI, 2013)

*Chegava no hospital, eles viam que não tinha pré natal, não tinha carteirinha, nada, eles tiravam sangue e constava no sangue que eu tinha usado droga, ai ia pra assistência social do hospital, ai o que ela fazia, elas pegavam e tiravam a criança de mim. A criança não chegava a ficar comigo, eu ia embora e meu filho ficava, era o que aconteceu. (“A”, 2018)*

Ao passo que as ações de (des)maternização violam seus direitos como mães, as múltiplas gravidezes são justificativas do Estado para o controle de seus corpos, tal como também o controle sobre o destino de seus filhos.

A intervenção do sistema judiciário à política de cuidado materno-infantil, interditando a possibilidade de mulheres serem mães de seus bebês, e destes serem filhos das suas mães, porque estas são supostamente usuárias de drogas, é um analisador da força coercitiva do Estado quando ele atua no plano da micropolítica. Toma o cotidiano como plano de ação para operar sob o regime disciplinar, regulando os corpos de mulheres, controlando seus afetos, produzindo tristeza e subserviência e punição aos que não “cumprem as regras” de um biopoder auto atribuído. (FRANCO, 2018, p. 93)

*E assim, eu tava nas drogas, deixei com a minha mãe e sai pra rua para usar droga e ficar junto com ele. Ai foi quando eu voltei e minha mãe disse que uma amiga dela queria me ajudar. A primeira não tinha filho e a outra tinha 4 filhos homens e queria ficar com a menina e a outra que não tinha filho queria ficar com o menino. E que quando eu tivesse uma condição melhor, ela me entregava meus filhos. Como minha mãe acreditou, eu acreditei... ai fui na busca de alugar uma casa porque eu queria ficar ao lado do pai. Eu não queria ficar na casa da minha mãe, queria ficar ao lado do pai, né, ter uma família. Ai, alugamos uma casa no México 70, um barraco e eu vim pra buscar meus filhos, só que quando eu vim pra buscar eles já tavam no Fórum. Ai eu fui no Fórum, eles falaram que a guarda provisória ia ficar com eles até eu arrumar um trabalho,*

tudo, inclusive até hoje, né, é uma coisa que machucou muito, uma dor imensa. Eu peguei, e fui pra correr atrás de um serviço, arrumei um serviço de empregada doméstica e fui pra pegar meus filhos, quando eu fui eu assinei um papel... Porque, assim, eu não sei muito ler, não entendo muita coisa de justiça, pediram pra mim assinar um papel e eu assinei. Depois que eu assinei esse papel, mandaram eu arrumar esse serviço, quando eu fui pra arruma esse serviço, eu toda feliz, fui pra buscar meu filho e aí elas me proibiram de ver o menino e a menina falaram que não tava mais no meu nome, tava no delas e que o Juíz passou pra ela, né, e não foi isso. [...] o Ruan saiu do hospital e foi pro abrigo, eu fui atrás no abrigo e cadê meu filho? Foi direto pra adoção, rápido, eu se de repente tiver andando e passar por perto do Ruan eu não sei que é meu filho, eu só tenho a imagem dele neném, branquinho, mas, cadê meu filho? O que fizeram com meu filho? Aonde tá essa criança? Porque falaram que ia ficar junto com o que eles tiraram de mim, no abrigo e até hoje não tenho essa explicação. De certo, foi adotado. E é uma revolta, uma dor imensa, sabe? Porque não podia ser assim, sabe? (“A”,2018)

Quando eu fui pro hospital pra ganhar ele, depois de dois dias me tiraram de lá e foi nessa gravidez que fizeram a laqueadura involuntária, por ordem do juiz. Eu não queria ter feito, assim, não pelo meu histórico, mas não precisava ser a força, né? [...] A assistente social falou pra mim: olha você vai ter que ser laqueada porque não adianta, você está usando, está na rua, vai continuar colocando filho no mundo? (“B”,2018)

Os trechos acima delineiam o que alude Franco (2018) a respeito do biopoder atribuído ao Estado, como forma de regular, controlar e punir essas mulheres. Nesse contexto, não há voz as sujeitas desse processo, ferem-se os direitos e geram consequências e traumas para a vida delas, levando por exemplo, a rejeição de acompanhamentos em saúde em sua vida e múltiplas gestações devido às violências sofridas, assim, duplamente violando direitos.

Ainda referente aos trechos trazidos acima, observamos as ações do Estado têm violado a liberdade sexual e reprodutiva dessas mulheres decidindo sobre seus corpos, frequentemente através da laqueadura, como no caso Janaína citado na Introdução deste trabalho, e agora observamos nos relatos na entrevista “B”. Em nenhum momento é dado voz às mulheres para que opinem sobre seu corpo e sim lhes são impostas as regras e as decisões do Poder Judiciário.

Além disso, podemos pautar também duas violações éticas, no que tange aos atendimentos produzidos nos dois trechos relatados. A primeira refere-se à ausência da possibilidade de conhecimento sobre o documento que “A” assinou e, além disso, a verbalização de uma ação não correspondente a qual lhe foi garantida mediante a assinatura, visto que “A” possui dificuldade de ler. A segunda violação ética está no segundo trecho, postura dos profissionais, a primeira em relação à laqueadura compulsória não questionada pelos profissionais do hospital e também a abordagem da assistente social com tom de responsabilização dessa mulher mãe e ainda reafirmando a imposição do procedimento violador de sua liberdade sexual e reprodutiva.

Algo presente na narrativa de “A” (2018) é o movimento de adoção à brasileira<sup>11</sup>, nessa ação fortalecida pelo Judiciário, no qual houve a aceleração de um processo de adoção não consentido pela genitora e que gerou a ruptura dos vínculos entre mãe e filhos.

*passou a adoção dos meus filhos pra elas e isso daí me revoltou, porque elas me proibiram de ver o menino, me*

---

<sup>11</sup> Adoção à brasileira é o termo utilizado para definir adoções que fogem aos tramites legais, ou seja, quando uma criança é gerada por uma pessoa e registrada por outra ou, ainda que registrada pela mesma pessoa, outra segundo o dito popular “pega para criar” sem um processo legal.



*proibiram de ver a menina. E isso daí me revoltou, e aí foi quando eu me afundei e caí nas drogas, me joguei, comecei a usar drogas pra tentar esquecer e sabe... Sabe sempre eu tentava entrar em contato, sempre ela aquela briga de não deixarem e foi isso.*

Nos dois relatos, as mulheres trouxeram a questão da presença da família como um apoio em dados momentos. Seja pelo cuidado com o filho como relata “A” (2018) *“Ai, esse meu filho de 15 anos que eu to com ele, ele ficou com meu irmão ... Essas duas crianças que eu tenho agora que são meus filhos a de 19 e o que tem 15, quem criou foi minha mãe.”*, ou, ainda por auxílio na busca de atendimento médico:

*[...]nas minhas segundas ultimas gestações, eu pedi ajuda, que minha mãe era viva. Eu virei assim e falei para a minha mãe, ‘Mãe, eu quero me internar, eu quero sair dessa vida. Será que eu consigo?’. Ai ela procurou, o CAPS, né? Acho que era CAPS.*

De acordo com o relato de B (2018):

*Minha mãe quando vinha de São Paulo... ela nunca deixou de vim, principalmente quando eu fiquei grávida ela que me levava para fazer ultrassom, ela pagava do bolso dela pra ver se estava tudo em ordem com o bebê. Porque ela tinha medo de acontecer alguma coisa comigo ou com o bebê. [...]A minha mãe descobriu e me levou, foi quando tive a primeira internação. Depois eu fugi de lá e nunca mais... Ai o CAPS mudou pra cá, pra perto daqui, na Silva Jardim, foi onde eu ficava mais perto e acessava todo dia.*

Nos relatos, “A” (2018), em especial, trata das questões da sensação de abandono que possuiu nas ruas, a falta de olhares e ausência de proteção e relatou:

*[...] A gente quando tá em situação de rua, sozinha, sem orientação, sem ajuda, a gente é tratada como se fosse um lixo, como se fosse um animal, entendeu? Sabe, quando um cachorro quando tem seus filhotes e a dona pega esses filhotes, tira e mesmo assim amamentando com os olhinhos fechados você não tem a oportunidade de ... era assim, eu me sentia assim, me sentia muito assim.*

“A” acrescentou que embora houvessem tentativas dela de permanecer com os filhos, quando lhe era permitido, sentia que estava sob constante vigilância e por fim seus filhos sempre acabavam acolhidos.

*[...] Eu tento, né, eu ainda tinha minha casa, ainda tinha minha mãe que me apoiava. Então assim, eles não perguntavam pra mim se eu queria, se eu queria um tratamento, né? O juiz, a assistente social não perguntavam se eu queria um tratamento, se eu queria uma ajuda pra poder sair das drogas, pra ficar com a criança, ou se tirasse a criança de mim e colocasse no abrigo e ‘mãe, vai ficar lá até você se cuidar, até você se tratar e a criança vem de volta pra você, vai se cuidar mas você vai ter cuidado com seu filho’ mas, não, quando eu ia ver a criança já não estava mais no abrigo [...] quando minha mãe ia me buscar com os outros no hospital, eu ficava, cuidava dos meus filhos e quando chegava, completava um ano, aí me dava aquela vontade, eu ia pra rua, eu ia usar, minha mãe sabia. Eu ia usar, ficava 2, 3 dias. Aí parece que eles ficavam de tocaia em mim, eu não sei como é que funcionava isso, era só eu sair da minha casa, eles vinham em casa e quando não me via, via os filhos com a minha mãe, no dia seguinte já vinha com a Busca e Apreensão e o Conselho Tutelar e tirava de dentro da minha casa. E isso, minha mãe sofreu com*

*isso, porque tava dentro de casa e minha mãe não podia fazer nada, já vinha com a busca, que nem tem dois que tava com a madrinha, foi pra igreja com a madrinha, veio a Busca e Apreensão na minha casa pra buscar meus filhos, esses dois, minha mãe falou que tava com a madrinha, tinha ido na igreja, eles foram dentro da igreja e tiraram dos braços da madrinha. (“A”, 2018)*

A respeito de atendimentos e acesso aos direitos, quando questionadas, a resposta encontrada é de que não houveram atendimentos a elas. Com a entrevistada “A”, a resposta é de ausência e negação de atendimentos e direitos, sendo que realização de pré-natal, por exemplo, só foi possível na 11ª gestação:

*Pra mim sempre foi negado [...] Mas se você for lá e falar que você é moradora de rua para ser atendida, você não é atendida. De tanto que eu nunca passei em ginecologista, nunca passei em médico nenhum. Eu fui fazer o preventivo, primeira vez agora, com 41 anos, o primeiro exame da mama. Eu nunca passei em médico pra ver o meu corpo. (“A”, 2018)*

Já nos relatos de “B” (2018), ela atribui sua condição à ausência de atendimento a ela mesma pois, segundo ela não era sua vontade realizá-lo além disso, possuía vínculos com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e com Seção Centro de Referência em AIDS (SECRAIDS) e em seus relatos atribui o significado de acesso a saúde a eles, mas, também afirma que nem sempre comparecia às consultas e, além disso, que nunca foi abordada por serviços nas ruas. Dessa forma, “B” não enxerga como desproteção social à ausência dos atendimentos nas ruas, no que tange à sua história, por um processo ideológico em que foi responsabilizada e se responsabiliza pela violação de seus direitos.

*[...]eu me tratava no SECRAIDS aqui em Santos, como eu estava muito enfiada nas drogas... eu tinha acesso a*

*saúde, as pessoas me atendiam bem, não tenho do que reclamar, mas tinha muitas coisas que por eu estar na rua e usando drogas, eu evitava. As vezes não vinha em consultas [...] Fora isso, eu não tinha um lugar, um abrigo, não consegui vaga em nenhum, mesmo estando grávida. Tentaram me colocar no SEACOLHE, antigamente era o Casa Aberta e nunca tinha vaga, mas em questão de saúde sempre fui muito bem tratada.” E antes da gestação “Nem me preocupava com isso. No máximo se eu passasse mal ia pra Santa Casa, para o PS e mesmo assim tinha aquela questão de por ser moradora de rua, por estar naquelas situações, o povo ficava meio, atende ou não atende? Tinha meio que uma restrição, sabe? Aquele outro olhar, que olham o povo de rua como se fosse um animal, um ser qualquer.*

Observamos também que a maior parte dos relatos acima que tangem proteção social no âmbito da política de saúde tiveram influência do movimento de familiares para o acesso, exceto nos trechos em que “B” aborda o SECRAIDS e o relato posteriormente abordaremos em que “A” acessa os atendimentos do consultório na rua.

Além disso, “B” (2018) acrescenta que por vezes foi internada em comunidades terapêuticas, mas não conseguia dar prosseguimento aos tratamentos.

*Não, no máximo era me mandar... não queriam me mandar mais pra comunidade terapêutica porque eu não ficava, aí falavam, praticamente só faltavam falar: você não tem jeito, entendeu?*

Nos relatos das entrevistas, “A” e “B” manifestaram a maternidade como desejada e a dor pelas perdas de seus filhos. Embora suas formas de lidar e as histórias sejam diferentes, essas mulheres apresentam narrativas de ausência de uma escuta qualificada que venha a dar visibilidade a elas. “A”, em suas

narrativas deixa isso mais explícito, acredito que por sua abordagem de mais dor sobre sua história enquanto “B”, embora elucide violações e acredite que as coisas deveriam ter sido diferentes lida com a situação com o pensamento no futuro.

*[...] o meu sonho era ter uma família, meu sonho era ter um filho, meu sonho era ser mãe, mas eu nunca tive essa oportunidade, de ter chance de criar meus filhos, né? [...] Foi assim minha vida... Foi tirando, aí eu fui tendo outros, foram tirando, mas nunca quiseram se interessar pela mãe, nunca se interessaram por mim, nunca se interessaram se eu queria ajuda, se eu queria viver com meus filhos, o que eu pensava disso, eles não queriam saber do meu sentimento, da minha dor. [...] Não é fácil ... Não é fácil , mesmo... Isso eu não desejo pra nenhuma mãe. O que eu passo, a dor, o que eu senti, a proteção, o sofrimento que eu passei, não é fácil ... Sabe, não tem um tratamento, porque eu não tive. (“A”, 2018)*

*Sempre quis, né? [Ser mãe] Hoje eu quero e não posso. [...] Na minha cabeça passa um filme sabe? Muita coisa que aconteceu, muita... mais os maus tratos da parte dos parceiros que eu tive, e dessa laqueadura compulsória que mesmo se eu quiser tentar reverter, eu não vou conseguir e isso me dói muito, todos os dias, de eu estar com um parceiro que eu sei que agora é um parceiro, sabe? [...] vou tentar reaver as guardas deles, mas eu queria ter mais um, mais uma, porque, pra dar tudo o que eu não pude dar para os outros, né? (“B”, 2018)*

Quando questionadas sobre cuidados e atendimentos que para elas produziram dada proteção, temos como respostas os equipamentos já

mencionados e “A” acrescenta, em um relato, a sua experiência com o consultório na rua e a mudança no acompanhamento dela.

*Ai agora depois de muito tempo, eu fiquei na gruta, fiquei na gruta ali perto do túnel e eu conheci um menino, que agora ele é meu marido, na vida das drogas. E o consultório de rua tava lá e ele era louco pra ser pai e a gente se apaixonou sabe, aquela paixão. E ai eu pensei bem e falei "ah, eu vou tentar engravidar de novo", engravidei e ai perdi a criança. Ele não queria nem olhar na minha cara, porque pensou que eu tinha abortado a criança. Ai com muito custo, muito tempo. Os outros conversando com ele que eu perdi por perder mesmo foi quando a gente voltou e decidimos ter, ai foi quando eu engravidei, foi um presente de Deus. Engravidei desse meu filho de 4 anos. O meu marido foi preso e eu fiquei na rua. A família dele veio pra me resgatar, pra me ajudar. Eu pedi ajuda pro consultório quando eu engravidei, eu não sabia que eu estava grávida, a barriga crescendo, mas eu não percebia. E uma conhecida minha falou pra mim, "você ta grávida", eu falei, "não tô" e ai eu conversei com a assistente social e ela falou "quer fazer um exame?" e eu falei "quero" ai foi que deu positivo. Conversei com ela e falei "eu to grávida, mas eu nunca fiz pré natal, eu como to na rua eles não vão querer me atender". Ela disse que eles iam me atender. Na hora que ela pegou meu exame que deu positivo, na hora ela já marcou o pré natal. Todo mês eu tava lá com ela, eles subiam a van, era lá no morro, ela me colocava dentro da van e subia comigo, eles iam comigo até o consultório, fazer pré natal, fazer exame de sangue. Inclusive eu tinha pegado até um Sífilis, tava no começo, e eu não sabia. Ela mostrou a foto pra mim e tudo, eu falei que queria me tratar e eles me levaram pra tomar injeção direitinho, fui*

*curada, tava no comecinho, tomei quatro benzetacil. E assim, é um vínculo que eu tive com o consultório de rua e se não fosse eles eu não sei o que seria, porque por eles eu fui atendida, por eles eu fiz o pré natal, passado pelo medico e conseguiram uma clinica que eu me internei e tive meu bebê na clinica. Eu to cinco anos limpa, meu filho ficou comigo na clinica. Foi ai que minha história mudou. Eu sai da clínica através deles também. Eu tive meus filhos de volta, que estavam com minha mãe. A menina ficou em um abrigo e o menino com meu irmão e eu consegui a guarda deles de volta, tem quatro anos que estou com eles. E agora vou ser vó, minha filha de 19 anos teve uma menininha. ("A", 2018)*

No diálogo, foi possível identificar percepções no momento visto que estão conhecendo seus direitos, analisando o que viveram.

*Se senti, se senti traída. Porque eu tinha os direitos e eu não sabia que eu tinha meus direitos. Eu fui saber dos meus direitos aqui. Nesse grupo, nessa equipe, nesse projeto, na redução de danos. [...] Eu me sentia mal, muito humilhada, porque eu sou ser humano. Qual a diferença do morador de rua pra uma pessoa normal? Quando você morre, o pobre e o rico vai pro mesmo buraco, pro mesmo caixão. O bicho que come o pobre vai comer o rico. Não é verdade? Mas, isso o ser humano não pensa. Tem uma discriminação ainda. Existe essa parte. ("A", 2018)*

Quando refletimos o hoje é possível evidenciar como as mulheres mães tem lidado com as múltiplas violações que ocorreram e suas conseqüências na sua vida.

*Gente, é muito doloroso você colocar 11 filhos no mundo e não poder desfrutar, não poder sentir, não poder ver*

*crescer, não poder escutar, hoje eu escuto, escuto o meu filho de quatro anos falar "mamãe te amo", mamãe daqui, mamãe dali, uma coisa que eu nunca escutei dos outros, não tive a oportunidade. E eu não sei onde é que eles estão essas horas, com quem é que eles tão. Não sei como eles tão... Não sei o que ta acontecendo com eles, mas eu peço tanto pra Deus todos os dias, tomar conta de cada um deles. Eu só to superando tudo, porque eu tenho três comigo, mas não é fácil. Não é fácil ... Não é fácil , mesmo... Isso eu não desejo pra nenhuma mãe. O que eu passo, a dor, o que eu senti, a proteção, o sofrimento que eu passei, não é fácil ... Sabe, não tem um tratamento, porque eu não tive. E vocês que agora tão começando que lute por elas, porque nos mãe merece ficar com nossos filhos e é isso... Independente que ela usa droga, mas qual o motivo que ela caiu na droga? Qual o motivo que ela ta ali naquela vida? E tem aqueles que se não quer porque engravidou por acidente e não quer ou então que não quer ficar com a criança, mas de repente quem sabe pode mudar... No momento ela não quer ficar com a criança e ta com a mente ...mas que faça um tratamento psicológico e quem sabe ela muda, o coração dela muda e ela tem aquele outro novo olhar, e ela queira ficar com a criança, porque não é fácil a gente carregar 9 meses na barriga, ver mexer dentro da sua barriga, você sofrer pra ter e ver nascer e daqui a pouco você sair e essa criança não ir embora contigo, e quando você procurar, cadê aquela criança ? Você só registrou? Só deu o nome? E cadê de poder desfrutar, de ver crescer, poder criar, poder escutar "mamãe te amo", como eu escuto hoje todos os dias "mamãe te amo", "mamãe boa noite" pelo meu filho de quatro anos e eu não saber como que ta os outros. É muito duro isso... Um filho é um presente de Deus... Um filho muda tudo na nossa vida... Porque se não mudasse,*



*não tinha mudado a minha E.... é isso... me desculpa mas...("A", 2018)*

*Na minha cabeça passa um filme sabe? Muita coisa que aconteceu, muita... mais os maus tratos da parte dos parceiros que eu tive, e dessa laqueadura compulsória que mesmo se eu quiser tentar reverter, eu não vou conseguir e isso me dói muito, todos os dias, de eu estar com um parceiro que eu sei que agora é um parceiro, sabe? Eu estacionei, fiz 30, não quero mais, cansei. Já vivi muito com 30 anos, era pra mim estar com 100 se fosse contar a história todinha pra você aqui. Era pra mim ta com 100 anos. Passei por muito perrengue, muita dor, muita droga, muita festa, muito... por parte a gente pensa que ta muito feliz e não ta feliz. Ai você para e fala: sosseguei. Poxa estou com a minha vidinha boa? To com meu emprego, to trabalhando, tenho meu cantinho, tenho meu maridinho, vou pensar em tentar, vou criar meu filho sabe assim? Não, vou criar os meus que já estão, já nasceram... vou tentar reaver as guardas deles, mas eu queria ter mais um, mais uma, porque, pra dar tudo o que eu não pude dar para os outros, né?! A gente fica com esse pesar de a gente não ter podido criar e não saber o que falar pra eles, né?! Se eles estão com raiva por eu não estar por perto, o que eles pensam, isso vai ter que ser muito trabalhado, até eu conseguir chegar até eles. Isso me dói bastante, mas é pedir para aquele lá de cima botar a mão na frente.("B" 2018)*

Em seus relatos, ao finalizar a entrevista "A" (2018) deixa um chamado aos profissionais em processo de formação:

*"E vocês que agora tão começando que lute por elas, porque nos mãe merece ficar com nossos filhos..."*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou o conhecimento das narrativas das mulheres mães que estiveram em situação de rua em dado período de sua trajetória e reflexões acerca dos fenômenos da (des)maternização e (des)proteção social no município de Santos.

Iniciamos o caminho percorrido caracterizando quem é a população em situação de rua e o seu surgimento, a partir da reflexão desta população como uma expressão radical da questão social, segundo Silva (2009), e enquanto classe trabalhadora.

A situação de rua é um fenômeno acentuado pela relação Capital X Trabalho que ao passo que expropria a classe trabalhadora dos seus meios de produção não os absorve como mão de obra na mesma proporção, sendo, sua condição de extrema pobreza, desemprego e a desigualdade a condição do fomento do modo de produção capitalista.

Dessa população caracteristicamente heterogênea e composta por grupos sociais mistos, nessa pesquisa, optamos pelo recorte das mulheres, especificamente mães nas ruas. Para tanto, foi necessário refletir a questão da produção de vida e existência nas ruas e a realidade vivenciada pelas mulheres.

Trouxemos, no decorrer dessa reflexão dados importantes para conhecer esse grupo, ao qual escolhemos abordar. Elencamos alguns dados da pesquisa realizada pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua de 2007/8 fundamentais para a reflexão dessa realidade. Assim, indicou que nessa pesquisa, realizada em 71 municípios, totalizaram 31.922 pessoas vivendo nas ruas e que desse número 18% são mulheres. Além disso, faixa etária dessas mulheres está entre os 18 e 55 anos, ou seja, idade produtiva e que grande parte dessa população possui o ensino fundamental incompleto (45,87%), havendo uma taxa de analfabetismo de cerca de 21,87%.

Sobre a trajetória dessas mulheres a mesma pesquisa relata que 21,4% sofrem de questões ligadas a saúde mental, internando-se em hospitais

psiquiátricos, 20,5% fizeram uso prejudicial de álcool e outras drogas e há uma porcentagem não exata de egressas do sistema penitenciário. Apenas 26,4% das entrevistadas que possuíram empregos com carteira assinada.

Como motivo principal para viver nas ruas, o Censo identificou que 22,56% das mulheres citam a perda da moradia, 21,92% por problemas familiares, 11,68% uso prejudicial de álcool e outras drogas e 8,8% o desemprego.

Essas mulheres são condicionadas à lógica masculinizada das ruas que possui historicamente uma predominância masculina, tornando-se, aos olhares, vulnerável além de ser sexualizada com frequência. Estão a todo o tempo conflitando na relação entre seus desejos e a sobrevivência condicionando-as, por muitas vezes, a aceitar a lógica machista e a sujeitar-se as condições do papel social atribuído às mulheres. Acabam se relacionando e engravidando para construir estratégias de resistências e enfrentamentos à vida nas ruas adotando comportamentos violentos e/ou se “travestindo”, a fim de proteger-se ou possuir o cuidado de um homem garantindo menos violências, principalmente sexuais, segundo Broide (2018), Alves (2013), e Tiene (2004).

O fenômeno da (des)maternização, que compõe a temática desse estudo, faz parte do conjunto de ações que judicializam a questão social, controlando e punindo os sujeitos de suas expressões. Sua recorrência não é recente, conforme aborda Merhy, Jorge e Faria (2018), porém têm ganhado repercussão a partir dos movimentos do judiciário mineiro.

A discussão central desse estudo trata de analisar a realidade desse fenômeno no município de Santos, focando na produção e ausência de proteção social e observando os limites entre o direito à proteção integral de crianças e adolescentes e a (des)proteção social das mães. Para isso, foram realizadas pesquisas semi-estruturadas com duas mulheres que viveram em situação de rua em dado momento de sua trajetória, identificadas através de estudantes da UNIFESP no Curso de Atualização em Redução de Danos, dos quais as entrevistadas fazem parte, buscando conhecer suas narrativas e compreendê-las dentro do âmbito dessa pesquisa.

Como resultados desses relatos, pudemos observar que a trajetória das duas mulheres mães entrevistadas iniciou-se na adolescência e o primeiro contato com substâncias psicoativas se deram através dos namorados, como forma de socialização. Tem-se aqui a associação de dois elementos que apontam alguns determinantes da problemática em estudo: gravidez na adolescência e uso de substâncias psicoativas – como fatores que apareceram nos processos da (des)maternização. Há, no entanto, outros elementos centrais que complexificam a questão: vínculo familiar, pobreza, escolaridade, trabalho, moradia, violência doméstica etc.

As gravidezes ocorrem posteriormente ao contato com as substâncias psicoativas, colocando-as na condição de rua por tempos intermitentes, visto que nas duas narrativas, é presente os vínculos e auxílios familiares, no que tange às primeiras gestações. Depois, os vínculos familiares desaparecem das histórias. Porém, em ambas, notamos que a mãe ser adicta de substâncias psicoativas foi influenciador da postura tomada de afastamento do convívio de mães e filhos.

Na primeira narrativa temos uma vivência com os filhos de cerca de um ano nas primeiras gestações, seguida de um movimento de adoção à brasileira e compulsória legitimada pelo poder judiciário, que mesmo com ações dessa mãe na busca da convivência com seu filho, não foi devidamente escutada, seguida de diversas gestações e destituições até o seu 11º filho.

Já na segunda narrativa, a primeira gestação resultou em determinado tempo de convivência, visto que a guarda da criança permaneceu com a avó materna, a qual a mãe sempre regressava nas intermitências da rua. Os outros filhos, ficaram sob guarda de familiares paternos gerando rupturas.

Nas narrativas, observamos que existe um aprofundamento da questão de saúde vinculada ao uso de substâncias psicoativas quando se rompem vínculos, sejam eles os da base familiar – nas duas narrativas na figura materna – ou, de ruptura com os filhos “raptados” pelo movimento de (des)maternização, como uma espécie de cura para as dores vividas. Além disso, também foi atribuído nos relatos a droga como proteção e sobrevivência, visto que supre sensações de necessidades, mantendo, por exemplo, acordada

uma das entrevistadas, quando não conhecia os ambientes da rua e não tinha confiança suficiente para estar vulnerável por dormir.

Também foi evidenciado por essa pesquisa, a questão das violências na rua, as agressões dos companheiros e a violência institucional, para além da abordagem policial violenta retratada por uma das entrevistadas, a atuação responsabilizadora e punitiva dessas mulheres pelo Biopoder atribuído ao Estado, definido por Franco (2018), e legitimado pela ação dos profissionais de alguns serviços pelos quais essas mulheres passaram, em especial maternidades e hospitais, reforçaram a lógica da (des)maternização é uma das mais violentas, se não, a mais violenta ação do Estado contra a vida dessas mulheres.

Essas mulheres retratam a ambivalência da proteção social do cotidiano da rua. Há situações de desproteção social, através das verbalizações sobre sua trajetória, pautando negações de atendimentos, procedimentos compulsórios – como a laqueadura – o tratamento e olhares permeados dos estigmas que a população em situação de rua carrega e a falta de informação, instrução e escuta nas ruas, seja sobre seus direitos ou sobre sua condição. Em contrapartida, também foi possível observar ações de proteção social, para atender demandas urgentes de saúde. O atendimento através de alguns Serviços como o da Seção Núcleo de Atenção ao Tóxico-Dependente (SENAT), CAPS, SECRAIDS e Consultório na Rua, foram diferenciais para a produção de cuidados em saúde na vida dessas mulheres. Ressaltando que o acesso a esses equipamentos pelas entrevistadas deu-se através da busca da família por eles (quando ainda havia vínculos familiares) exceto o Consultório na rua que é uma política instituída como prática de saúde coletiva, em meados de 2011, e que possui suas abordagens no ambiente da rua. Em nenhum momento foi mencionado serviços que não sejam vinculados a saúde como produção de proteção social.

A respeito de outros equipamentos que compõem o sistema de proteção social essas mulheres não relataram abordagens que viessem a compor atendimento. O conselho tutelar foi trazido por “A” (2018) nos relatos como figura que apreende, que retirou seus filhos: “*seguinte já vinha com a Busca e*

*Aprensão e o Conselho Tutelar e tirava de dentro da minha casa*”. Assim como o Conselho Tutelar, o Judiciário aparece na figura de violação de direitos e retirada dos filhos em diversos trechos dos relatos das duas entrevistas. Já o Ministério Público, não foi citado.

Nos relatos, observamos a maternidade como processo desejado por essas mulheres e é perceptível os sentimentos de dor, revolta e tristeza em relação à ruptura dos vínculos com os filhos. A falta de possibilidade do convívio e cuidado com os filhos, de acordo com relatos, é um fator que deixa marcas na trajetória e modo de vida dessas mulheres.

Segundo uma das entrevistadas a falta de interesse por elas, por sua condição, é presente nos (não) atendimentos produzidos, onde não existe a possibilidade da escuta e nem de estratégias para a permanência de mães com seus filhos e sim uma aceleração do processo de adoção compulsória.

A ausência da escuta e proteção social dessas mulheres, hoje é tangível às suas reflexões ocasionando o entendimento da dimensão das violências vividas, embora através da ideologia de responsabilização, uma delas atribua a responsabilidade sobre a (des)proteção social a ela mesma, pois alega não ter buscado atendimentos.

Acredito que os objetivos dessa pesquisa tenham sido atingidos, dentro da possibilidade de execução das entrevistas de campo, visto que não é possível alcançar todas as sujeitas do processo de (des)maternização. Cabe aqui elucidar que novos estudos acerca da realidade dessas mulheres mães e até mesmo sobre o trabalho das instituições que compõem o sistema de proteção social são necessários para aprofundarmos os conhecimentos sobre a temática e refletirmos novas abordagens e políticas públicas que visem garantir os direitos das mulheres mães e seus filhos.

Dando vozes às mulheres mães evidenciamos que o direito à proteção integral de crianças e adolescentes, têm invisibilizado as mulheres mães em situação rua, visto que sua trajetória e suas demandas são ocultadas gerando uma emergência somente aos filhos e sem a escuta dessas mulheres,

resultando em desproteção social, ruptura dos vínculos e em nome do direito à convivência familiar e comunitária o viola.

## REFERENCIAS

“A”. Entrevista concedida a Mariane Cavalcante dos Santos. Santos, 21 nov. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia]

“B”. Entrevista concedida a Mariane Cavalcante dos Santos. Santos, 27 nov. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta monografia]

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **AS MORADORAS DE RUA ENTRAM EM CENA: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2013. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLOC, Marcio Mariath; CABRAL, Karol Veiga; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **A desmaternização das gestantes usuárias de drogas: violações de direitos e lacunas do cuidado**. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre: Editora Reunidas, 2018. p. 37-50.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Art. 4º, 8º, 13, 19, 23, 24, 92 e 101.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em 30 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rua aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Política de atenção à gestante: apoio profissional para uma decisão amadurecida sobre permanecer ou não com a criança**. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Coordenadoria da Infância e Juventude. Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de dezembro de 2017**. Disponível em <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html)>. Acesso em 21 nov. 2018



\_\_\_\_\_. **PNAS**. Disponível em  
<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **LOAS**. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Acesso 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria consultório na rua**. Disponível em  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)>. Acesso em 12 ago. 2018.

BROIDE, Emília Estivalet. **População de rua: pesquisa social participativa, censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo**. Curitiba: Juruá, 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP) – 2ª REGIÃO. **A Mulher em situação de rua**. Disponível em  
<<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/arquivos/254.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2018.

DAFFRE, Silvia Gomara. **A Realidades dos abrigos: descaso ou prioridade?** São Paulo: Zagodoni, 2012. p. 18-41.

**EM PAUTA**. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34, v.12, 2º Semestre de 2014. p.83.

FAVERO, Eunice Terezinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

FAVERO, E.T; VITALE, M.A.F; BAPTISTA, M.V. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FAVERO, Eunice Teresinha. **REALIDADE SOCIAL, DIREITOS E PERDA DO PODER FAMILIAR: desproteção social x direito à convivência familiar e comunitária**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul. Mar. 2014. Disponível em< <http://www.aasptjsp.org.br/livro/realidade-social-direitos-e-perda-do-poder-familiar>>. Acesso em 31 jan. 2018.

FERIA, Alcindo Antônio; JORGE, Alzira de Oliveira; MERHY, Emerson Elias. **Separação compulsória de mães e seus filhos: quando a lei e a cidadania se confrontam**. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre: Editora Reunidas, 2018. p.5-8.

FRANCO, Tulio Batista. **Fobia de Estado e a Resistência ao recolhimento compulsório de bebês**. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre: Editora Reunidas, 2018. p. 85-98.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Texto baseado na comunicação apresentada no Primeiro Painel Interinstitucional de Investigação Qualitativa (IPIQ). Minas Gerais: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ago. 2001. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-5742002000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-5742002000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em 02 nov. 2017.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: PUC-SP, 2006.

IASI, Mauro. **Estado e a violência**. Blog da Boitempo. Publicado em 16 de outubro de 2013.

MATTOS, Ricardo Mendes e FERREIRA, Ricardo Franklin. **O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado** Estudos de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas: Campinas. v. 22, n. 1, jan/mar. 2005. p. 23-32.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários IN BURSTYN, Marcel (org.). **No meio da rua- nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2003. p. 56-120.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. ABEPSS Temporalis. Brasília: ABEPSS, ano II, jan/jun. 2001. p.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Higienização social e disputas de projetos de cidade**. São Paulo: CRESS 9ª região. Revista Emancipa: o cotidiano em destaque/ Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS 9ª Região. n.3, mai. 2018.

POTYARA, Camila Pereira. **PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Universidade de Brasília: Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2013.

ROSA, A. S. e BRÊTAS, A. C. P. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo**. Brasil: Interface (Botucatu). 19(53), 2015.p. 275-285.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. -- São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil (1995-2005)**. Brasília: Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UNB), Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006.

SIQUEIRA, Paula Monteiro de; HERNANDEZ, Mariana Leite; FURTADO, Lumena Almeida Castro; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; MORENO, Harete Vianna; SANTOS, Heloisa Elaine. **“Oh pedaço de mim, oh metade amputada de mim...”**. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre: Editora Reunidas, 2018. p. 51-60.

SOUZA, Cristina Marina Barros de; PONTES, Mônica Garcia; JORGE, Alzira de Oliveira; MOEBUS, Ricardo Narcizo; ALMEIDA, Daniel Emílio da Silva. **Mães Órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade**. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre: Editora Reunidas, 2018. p. 27-36

YAZBEK, Maria Carmelita. **SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL, INTERSETORIALIDADE E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**. O Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), jan. 2010. Disponível em < <http://www.cpihts.com/PDF07/Carmelita%20Y.pdf> >. Acesso em 15 jun. 2018.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

1.Nome

2.Quantos filho/as tem? Quantos estão com você?

3.Fale-me da sua vida, como mãe, nas ruas de Santos (pergunta mais aberta para ela falar livremente – fique atenta para os pontos de pergunta que podem se abrir) – como é o dia a dia de uma mãe que vive com filho/as nas ruas de Santos?

4.Quando ficou grávida estava na rua? (Atenção para o nº de filho/as e a gestação/maternidade na rua. Ela pode ter diferentes situações de maternidade/tem tido gestação na rua e, em outro momento da vida, em casa com sua família – procure enfatizar/entender a situação da rua). Como foi a gravidez na rua?

5.Quando você estava grávida foi abordada por algum serviço de saúde, assistência social, Conselho Tutelar ou outro equipamento? Alguém te abordou para te ajudar/orientar em função da gravidez?

6.Antes da gestação como eram os atendimentos e acesso aos serviços?

7.E depois do nascimento, com seu/sua filho/a, como tem sido os atendimentos e acesso aos serviços?

8.Em algum momento de sua vivência nas ruas, com filho/as (atenção para situação de mulher/mãe), teve atendimento negado? O que foi alegado?

9.Como mãe em situação de rua, você se sentiu violada por atendimentos da prefeitura, das entidades, da polícia, do/as moradores/as? Fale-me sobre eles

10. Como mãe em situação de rua, quais são as situações que você sente proteção pública? E o inverso?

## APÊNDICE B

### **TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA I, REALIZADA EM 21/11/2018**

Nomeie-se M, Mariane e A a entrevistada.

*M: Dona A, quantos filhos a senhora tem?*

*A: Quantos filhos? No total eu tenho 11. Fui mãe de 11 filhos.*

*M: Quantos estão com a senhora?*

*A: 3 filhos*

*M: Tem filhos maiores ou que moram com outras pessoas?*

*A: Tenho, tenho meu primeiro filho, os dois primeiros que foram adotados, que foram tirados de mim. Fui mãe com 15 anos.*

*M: A senhora morava nas ruas ou morava com a família?*

*A: Ah não, eu tinha minha casa, tinha a casa da minha mãe. Só que a única coisa é era o começo da adolescência, né?! Aquelas que se apaixona, né, pelo primeiro namorado. Foi meu primeiro namorado, com 15 anos. Ele tinha 15 e eu tinha 15. Só que ele já usava droga e eu não usava droga. E pra mim ficar com ele, eu acabei entrando nas drogas com ele e eu engravidei do meu primeiro filho, que tem 23 anos agora. Ai depois, logo em seguida, eu engravidei da menina, acho que 22 anos que ela tem, diferença de um ano dos dois, que eu peguei ela na resguarda do menino. E assim, eu tava nas drogas, deixei com a minha mãe e sai pra rua para usar droga e ficar junto com ele. Ai foi quando eu voltei e minha mãe disse que uma amiga dela queria me ajudar. A primeira não tinha filho e a outra tinha 04 filhos homens e queria ficar com a menina e a outra que não tinha filho queria ficar com o menino. E que quando eu tivesse uma condição melhor, ela me entregava meus filhos. Como minha mãe acreditou, eu acreditei... ai fui na busca de alugar uma casa porque eu queria ficar ao lado do pai. Eu não queria ficar na casa da minha mãe, queria ficar ao lado do pai, né, ter uma família. Ai alugamos uma casa no México 70,*

um barraco e eu vim pra buscar meus filhos, só que quando eu vim pra buscar eles já tavam no Fórum. Ai eu fui no Fórum, eles falaram que a guarda provisória ia ficar com eles até eu arrumar um trabalho, tudo, inclusive até hoje, né, é uma coisa que machucou muito, uma dor imensa. Eu peguei, e fui pra correr atrás de um serviço, arrumei um serviço de empregada doméstica e fui pra pegar meus filhos, quando eu fui eu assinei um papel... Porque, assim, eu não sei muito ler, não entendo muita coisa de justiça, pediram pra mim assinar um papel e eu assinei. Depois que eu assinei esse papel, mandaram eu arrumar esse serviço, quando eu fui pra arruma esse serviço, eu toda feliz, fui pra buscar meu filho e ai elas me proibiram de ver o menino e a menina falaram que não tava mais no meu nome, tava no delas e que o Juíz passou pra ela, né, e não foi isso.

**M:** Passou em adoção?

**A:** Isso passou a adoção dos meus filhos pra elas e isso daí me revoltou, porque elas me proibiram de ver o menino, me proibiram de ver a menina. E isso daí me revoltou, e ai foi quando eu me afundei e caí nas drogas, me joguei, comecei a usar drogas pra tentar esquecer e sabe... Sabe sempre eu tentava entrar em contato, sempre ela aquela briga de não deixarem e foi isso. E nisso, eu larguei do pai e depois arrumei outro, engravidei e continuei nas drogas e assim foi indo, eu ganhava, tava nas drogas, só que até então eu não fazia o pré natal, ai eu já comecei a ficar em situação de rua.

**M:** Isso foi mais ou menos quando?

**A:** Ai, filha, esse detalhe eu não lembro não, porque muitos anos, sabe?

**M:**A senhora está com quantos anos?

**A:** 41, eu tinha 15 anos, quando tive o primeiro... e pior que assim o meu período é fértil... é..... Eu na primeira eu já engravidava, entendeu? Então assim, eu engravidava e eu não tinha.... Eu vivia na rua, eu não fazia pré-natal, porque eu não tinha.... Eles não atendiam bem dizer. Quando eu falava que eu era moradora de rua, sabe, sempre era uma desculpa de me atender, falavam que não tinha vaga e nisso eu deixava pra lá, continuava usando droga grávida, quando eu ia dar conta eu já tava tendo a criança. Chegava no

hospital, eles viam que não tinha pré natal, não tinha carteirinha, nada, eles tiravam sangue e constava no sangue que eu tinha usado droga, aí ia pra assistência social do hospital, aí o que ela fazia, elas pegavam e tiravam a criança de mim. A criança não chegava a ficar comigo, eu ia embora e meu filho ficava, era o que aconteceu. E isso me revoltava e eu caía ainda mais nas drogas pra tentar esquecer da dor. Não tinha ninguém pra ajudar. Não tinha ninguém pra me orientar, sabe? Não tinha ajuda, então assim foi indo. Eu conhecia outro parceiro, largava do outro, engravidava, mas a minha vontade, o meu sonho era ter uma família, meu sonho era ter um filho, meu sonho era ser mãe, mas eu nunca tive essa oportunidade, de ter chance de criar meus filhos, né? E era assim. A gente quando tá em situação de rua, sozinha, sem orientação, sem ajuda, a gente é tratada como se fosse um lixo, como se fosse um animal, entendeu? Sabe, quando um cachorro quando tem seus filhotes e a dona pega esses filhotes, tira e mesmo assim amamentando com os olhinhos fechados você não tem a oportunidade de ... era assim, eu me sentia assim, me sentia muito assim. Eu tento, né, eu ainda tinha minha casa, ainda tinha minha mãe que me apoiava. Então assim, eles não perguntavam pra mim se eu queria, se eu queria um tratamento, né? O juiz, a assistente social não perguntavam se eu queria um tratamento, se eu queria uma ajuda pra poder sair das drogas, pra ficar com a criança, ou se tirasse a criança de mim e colocasse no abrigo e "mãe, vai ficar lá até você se cuidar, até você se tratar e a criança vem de volta pra você, vai se cuidar mas você vai ter cuidado com seu filho" mas, não, quando eu ia ver a criança já não estava mais no abrigo, eles rápido, eu tenho uma menina que a, não o Matheus... Não, o Ruan... o Ruan saiu do hospital e foi pro abrigo, eu fui atrás no abrigo e cadê meu filho? Foi direto pra adoção, rápido, eu se de repente tiver andando e passar por perto do Ruan eu não sei que é meu filho, eu só tenho a imagem dele neném, branquinho, mas, cadê meu filho? O que fizeram com meu filho? Aonde tá essa criança? Porque falaram que ia ficar junto com o que eles tiraram de mim, no abrigo e até hoje não tenho essa explicação. De certo, foi adotado. E é uma revolta, uma dor imensa, sabe? Porque não podia ser assim, sabe? E assim foi indo a minha vida. Aí, perdi minha mãe, fiquei mais sem chão. Perdi minha mãe, não tive mais casa, me joguei pro mundo. Aí, esse meu filho de 15 anos que eu to com ele, ele ficou com meu irmão... Essas duas crianças que eu

tenho agora que são meus filhos a de 19 e o que tem 15, quem criou foi minha mãe. Só não tiraram da casa da minha mãe, porque minha mãe ganhou a guarda deles. Mas mesmo assim, quando minha mãe ia me buscar com os outros no hospital, eu ficava, cuidava dos meus filhos e quando chegava, completava um ano, aí me dava aquela vontade, eu ia pra rua, eu ia usar, minha mãe sabia. Eu ia usar, ficava 2, 3 dias. Aí parece que eles ficavam de tocaia em mim, eu não sei como é que funcionava isso, era só eu sair da minha casa, eles vinham em casa e quando não me via, via os filhos com a minha mãe, no dia seguinte já vinha com a Busca e Apreensão e o Conselho Tutelar e tirava de dentro da minha casa. E isso, minha mãe sofreu com isso, porque tava dentro de casa e minha mãe não podia fazer nada, já vinha com a busca, que nem tem dois que tava com a madrinha, foi pra igreja com a madrinha, veio a Busca e Apreensão na minha casa pra buscar meus filhos, esses dois, minha mãe falou que tava com a madrinha, tinha ido na igreja, eles foram dentro da igreja e tiraram dos braços da madrinha. Aí pensa... Foi assim minha vida... Foi tirando, aí eu fui tendo outros, foram tirando, mas nunca quiseram se interessar pela mãe, nunca se interessaram por mim, nunca se interessaram se eu queria ajuda, se eu queria viver com meus filhos, o que eu pensava disso, eles não queriam saber do meu sentimento, da minha dor. Aí, pra eu sair desse sentimento eu me internava nas drogas, eu vivia fumando e toda vez que acabava, vinha aquele sofrimento e eu tinha que usar droga pra poder sair da dor. Era assim a minha vida. Eu engravidava drogada, quando me dava conta eu já estava grávida e quando via já tendo a criança na rua, já tava atacando dor em mim, eu ia ter e saía, assim, eu saía do hospital e meu filho não vinha comigo.

**M:** E a senhora não tinha nenhum tipo de atendimento? Comentou que nunca teve atendimento.

**A:** Não.

**M:** Ninguém abordava a senhora na rua, da assistência social, Conselho Tutelar, nunca?

**A:** Não.



**M:** E atendimento sempre foi negado?

**A:** Pra mim sempre foi negado. Fui ter atendimento agora, que apareceu o consultório de rua e nas minhas segundas ultimas gestações, eu pedi ajuda, que minha mãe era viva. Eu virei assim e falei para a minha mãe, "Mãe, eu quero me internar, eu quero sair dessa vida. Será que eu consigo?". Ai ela procurou, o CAPS, né? Acho que era CAPS. E foi a assistente social, que agora é do consultório de rua que me ajudou e ai ela começou a ter acompanhamento com eles. Ai depois de um tempo assumi eles de novo que tinham tirado eles de mim e ai eu não quis saber de internamento e me afundei nas drogas de novo. Ai agora depois de muito tempo, eu fiquei na gruta, fiquei na gruta ali perto do túnel e eu conheci um menino, que agora ele é meu marido, na vida das drogas. E o consultório de rua tava lá e ele era louco pra ser pai e a gente se apaixonou sabe, aquela paixão. E ai eu pensei bem e falei "ah, eu vou tentar engravidar de novo", engravidei e ai perdi a criança. Ele não queria nem olhar na minha cara, porque pensou que eu tinha abortado a criança. Ai com muito custo, muito tempo. Os outros conversando com ele que eu perdi por perder mesmo foi quando a gente voltou e decidimos ter, ai foi quando eu engravidei, foi um presente de Deus. Engravidei desse meu filho de 4 anos. O meu marido foi preso e eu fiquei na rua. A família dele veio pra me resgatar, pra me ajudar. Eu era tão traumatizada com esse negócio de perder filho que eu não queria perder esse. Tinha medo da família dele, de esperar eu ganhar a criança e levar embora, esperar eu ter a criança e tirar de mim. Esse era meu pensamento porque eu era traumatizada, de não poder sentir o prazer de ser mãe. Eu pedi ajuda pro consultório quando eu engravidei, eu não sabia que eu estava grávida, a barriga crescendo, mas eu não percebia. E uma conhecida minha falou pra mim, "você ta grávida", eu falei, "não tô" e ai eu conversei com a assistente social e ela falou "quer fazer um exame?" e eu falei "quero" ai foi que deu positivo. Conversei com ela e falei "eu to grávida, mas eu nunca fiz pré-natal, eu como to na rua eles não vão querer me atender". Ela disse que eles iam me atender. Na hora que ela pegou meu exame que deu positivo, na hora ela já marcou o pré-natal. Todo mês eu tava lá com ela, eles subiam a van, era lá no morro, ela me colocava dentro da van e subia comigo, eles iam comigo até o consultório, fazer pré natal, fazer exame de sangue.

Inclusive eu tinha pegado até um Sífilis, tava no começo, e eu não sabia. Ela mostrou a foto pra mim e tudo, eu falei que queria me tratar e eles me levaram pra tomar injeção direitinho, fui curada, tava no comecinho, tomei quatro benzetacil. E assim, é um vínculo que eu tive com o consultório de rua e se não fosse eles eu não sei o que seria, porque por eles eu fui atendida, por eles eu fiz o pré-natal, passado pelo medico e conseguiram uma clinica que eu me internei e tive meu bebê na clinica. Eu to cinco anos limpa, meu filho ficou comigo na clinica. Foi ai que minha história mudou. Eu sai da clínica através deles também. Eu tive meus filhos de volta, que estavam com minha mãe. A menina ficou em um abrigo e o menino com meu irmão e eu consegui a guarda deles de volta, tem quatro anos que estou com eles. E agora vou ser vó, minha filha de 19 anos teve uma menininha.

**M:** E antes de você engravidar você tinha algum atendimento na rua ?

**A:** Não tinha, nem quando ficava doente.

**M:** E depois que tinha o bebê você teve algum atendimento?

**A:** Não tinha, só fui ter depois que eu sai dessa vida e quando conheci o consultório de rua, porque ai a gente fora disso, a gente é completamente diferente. Mas se você for lá e falar que você é moradora de rua para ser atendida, você não é atendida. De tanto que eu nunca passei em ginecologista, nunca passei em médico nenhum. Eu fui fazer o preventivo, primeira vez agora, com 41 anos, o primeiro exame da mama. Eu nunca passei em médico pra ver o meu corpo.

**M:** E hoje sabendo que isso é um direito seu, como você se sentiu? Você se sentiu violada e algum momento?

**A:** Se senti, se senti traída. Porque eu tinha os direitos e eu não sabia que eu tinha meus direitos. Eu fui saber dos meus direitos aqui. Nesse grupo, nessa equipe, nesse projeto, na redução de danos.

**M:** E como a senhora se sentia quando tinha o atendimento negado na rua?

**A:** Eu me sentia mal, muito humilhada, porque eu sou ser humano. Qual a diferença do morador de rua pra uma pessoa normal? Quando você morre, o pobre e o rico vai pro mesmo buraco, pro mesmo caixão. O bicho que come o pobre vai comer o rico. Não é verdade? Mas, isso o ser humano não pensa. Tem uma discriminação ainda. Existe essa parte.

**M:** Abordagem de atendimento a senhora mencionou que não tinha mas abordagens policiais ou da guarda Municipal?

**A:** Ah, isso tinha, apanhei muito, levava spray na cara grávida, levava chute, era xingada, eu era "nóia", eu era "psica", eu era "vagabunda" e eu me sentia muito violentada, tanto que eu era revoltada que eu agredia eles, uma forma de me defender. Porque se eu to aqui e to usando droga, acho que era o momento deles chegar e conversar, falar não, não pode mas não eles chegavam já batendo, tapa na cara, metendo o cacetete. Eu levei uma cacetada na minha barriga. Eu, dormindo, chegou um PM da boina do lado, que é de São Paulo acordando nós no quiosque no Canal 2 e batendo no meu companheiro que estava do meu lado, eu acordando assustada, ele mandou eu calar a boca, eu comecei a chorar e ele espirrou spray na minha cara, falou que era pra mim calar a boca, entendeu?

**M:** E teve alguma situação que você se sentiu protegida? Se sentiu acolhida, foi atendida, que alguém fez algo por você.

**A:** Consultório de rua, só a partir do consultório de rua.

**M:** Dona A, tem alguma coisa que a senhora queira ressaltar dessa história, alguma coisa que a senhora queira contar?

**A:** A única coisa que eu só quero... É que hoje eu to resgatada, independente de quem eu sou hoje, ainda tem... Eu ainda tenho uma dor porque eu tenho meus filhos revoltados contra mim, os primeiros, que a gente não se dá, que eles julga que disse que fui eu que abandonei, e eu não dei eles, mas foi pra mão de Deus isso. E assim, o que eu queria... o meu sonho, minha vontade é que era que o que aconteceu comigo, que não acontecesse mais, que as pessoas tivessem outros olhos para aquelas pessoas. Porque eu acho que tem todo o direitos das mães ficar com seu filho. Tem aquele ditado a

mão pode ser a maior puta que for, mas o juiz não tira dela. E porque que tiraram de mim? É uma explicação que eu quero entender até hoje, porque tiraram meus filhos de mim? Eu sou perigosa? É risco pros meus filhos estar comigo porque eu era drogada, mas, pros meus filhos não faltava nada pra eles e eu garanto que não ia faltar o amor e o carinho que eu tenho, que eu dei pro meu de quatro anos que eu dou ate hoje então eu achoque eu garanto que não ia faltar pros outros, entende? E, eu acho que tinha que procurar mais a ver se a mãe quer ficar com seu filho se ela aceita um tratamento. Não é tirar assim dela...

**M:** A senhora sentiu falta de ser ouvida?

**A:** Senti.... Eu sou tão apegada no meu filho... Gente, é muito doloroso você colocar 11 filhos no mundo e não poder desfrutar, não poder sentir, não poder ver crescer, não poder escutar, hoje eu escuto, escuto o meu filho de quatro anos falar "mamãe te amo", mamãe daqui, mamãe dali, uma coisa que eu nunca escutei dos outros, não tive a oportunidade. E eu não sei onde é que eles estão essas horas, com quem é que eles tão. Não sei como eles tão... Não sei o que ta acontecendo com eles, mas eu peço tanto pra Deus todos os dias, tomar conta de cada um deles. Eu só to superando tudo, porque eu tenho três comigo, mas não é fácil. Não é fácil ... Não é fácil, mesmo... Isso eu não desejo pra nenhuma mãe. O que eu passo, a dor, o que eu senti, a proteção, o sofrimento que eu passei, não é fácil... Sabe, não tem um tratamento, porque eu não tive. E vocês que agora tão começando que lute por elas, porque nos mãe merece ficar com nossos filhos e é isso... Independente que ela usa droga, mas qual o motivo que ela caiu na droga? Qual o motivo que ela ta ali naquela vida? E tem aqueles que se não quer porque engravidou por acidente e não quer ou então que não quer ficar com a criança, mas de repente quem sabe pode mudar... No momento ela não quer ficar com a criança e ta com a mente ...mas que faça um tratamento psicológico e quem sabe ela muda, o coração dela muda e ela tem aquele outro novo olhar, e ela queira ficar com a criança, porque não é fácil a gente carregar 9 meses na barriga, ver mexer dentro da sua barriga, você sofrer pra ter e ver nascer e daqui a pouco você sair e essa criança não ir embora contigo, e quando você procurar, cadê aquela criança ? Você só registrou? Só deu o nome? E cadê de poder desfrutar, de

ver crescer, poder criar, poder escutar "mamãe te amo", como eu escuto hoje todos os dias "mamãe te amo", "mamãe boa noite" pelo meu filho de quatro anos e eu não saber como que tá os outros. É muito duro isso... Um filho é um presente de Deus... Um filho muda tudo na nossa vida... Porque se não mudasse, não tinha mudado a minha E.... é isso... me desculpa mas...

**M:** A senhora não precisa se desculpar.

## APÊNDICE C

### TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA II, REALIZADA EM 27/11/2018

*Nomeie-se M, Mariane e B a entrevistada.*

**M:** B, quantos filhos você teve?

**B:** Tive cinco, vivos são quatro.

**M:** Quantos anos você tem?

**B:** Hoje eu tenho 30.

**M:** Conta para mim um pouquinho como foi a sua primeira gestação.

**B:** Então, eu morava com a minha mãe e com meu pai em São Vicente, tinha 14 anos, foi na semana do meu aniversário de 15 anos... e é aquela fase, você perde a virgindade, você não tá nem aí, não tinha muita informação sobre camisinha, essas coisas, minha mãe não conversava comigo, achava que isso ia me colocar para fazer, para estimular então comecei a ficar com um, comecei a namorar com outro, e o pai da Camille assim, foi paixonite, foi um dia só e fiquei grávida dela. Foi a primeira vez e a minha mãe ficou seis meses sem falar comigo na época, foi pro interior lá na casa da mãe dela, só voltou depois. Hoje não desgruda da minha filha, é sempre assim, quando ela era pequena também. A gente foi crescendo, comecei a usar droga, beber bastante, aí fiquei grávida da minha segunda. Ela nasceu com um probleminha na cabeça, ela nasceu com hidrocefalia, mas não foi por causa da droga porque eu já não estava usando, eu dei uma parada quando fiquei grávida dela, e foi incompatibilidade sanguínea minha e do pai dela. Aí ela nasceu com hidrocefalia, viveu 03 meses e faleceu.

**M:** Nessa gestação você estava na casa dos seus pais ainda?

**B:** Tava, tava com a minha mãe e com meu pai ainda. Meu pai começou a adoecer nessa época, aí eu conheci um rapaz que foi morar na minha casa com os meus pais, meu pai já estava bem ruinzinho já, e eu acabei

engravidando dele de novo pela terceira vez e nesse meio tempo que eu tava grávida, meu pai veio a falecer e eu tava usando muita droga. Eu tinha conhecido o crack através dele, né, então, eu tava, tipo, tava apaixonada pela droga, tanto que chegou um ponto que a minha mãe falou assim “Olha, eu vou entregar o apartamento”, o apartamento era da minha avó, “só que eu vou para casa da minha mãe você não vai poder ir comigo”. Meu ex-marido levou a nossa filha para São Paulo, eu vendi tudo o que eu tinha fui para a rua e minha mãe ficou com Camille. Eu fui pra rua, não conhecia nada, então eu não conseguia dormir. Eu nunca ...assim, no início era difícil eu conseguir dormir porque eu não conhecia a rua. Eu não sabia como é que era, eu ficava com muito medo, muito medo. Então, eu fumava direto, fumava 24 por 48, vivia fumando crack, para não dormir. Quando não, dava um cochilinho num cantinho escondido e pronto sabe, já acordava com vontade de usar e foi passando os anos, aí eu conheci o pai do quarto filho meu que é o Marcos. Quando eu tive o Marcos eu descobri que eu era portadora do HIV. A gente tava na rua, aí pai dele foi preso, eu fiquei a gravidez todinha sozinha na rua. Peguei pneumonia, a minha imunidade baixou, eu não queria saber de me tratar e aí me internaram. Só que eu não consegui ficar lá dentro, fiquei uma semana e já sai de novo. Usei muita droga durante a gestação.

**M:** Te internaram por conta da pneumonia?

**B:** Também, e porque eu tava grávida. Então eu fui pra uma, tipo uma comunidade, mas não era uma comunidade, era uma clínica.

**M:** E como você conseguiu ser internada?

**B:** Pelo SENAT, pelo CAPS AD

**M:** Entendi. Você estava vinculada ao CAPS?

**B:** Sim. A gente fazia, fazia mais ou menos um tratamento lá, só que ele saía da cadeia e eu já ficava junto com ele de novo. Ele não queria nada com a vida, eu ainda era nova, devia ter com uns 21, 22 anos e foi passando, passando e ele acabou indo preso de novo. O Marcos foi pro abrigo, a mãe dele veio e pegou o nosso filho e levou pra casa dela. Até então eu nunca mais tive contato e ele ficou preso. Aí eu conheci um rapaz e tive o quinto filho, o

Vitor. Quando eu engravidei do Vitor, eu tava passando por uma fase que a gente tava na rua, largado, jogado numa situação, que vou te dizer, deplorável. Ele me batia muito...Ele me batia, me batia, me batia e eu pedia pra Deus pra tirar aquele homem da minha vida... Ele falava que se eu tentasse fugir ele vinha atrás de mim, que ia me matar... Que se eu não fosse dele, não seria de mais ninguém. Tentei fazer uma denúncia. Uma vez que ele tava me batendo lá em São Vicente a polícia passou e nem se manifestou. Eu sempre vivia com o olho roxo, sabe, era constantemente com o olho roxo até que eu fui presa. Eu tava de 03 meses do Vitor e fui condenada e tudo. Quando eu fui pro hospital pra ganhar ele, depois de dois dias me tiraram de lá e foi nessa gravidez que fizeram a laqueadura involuntária, por ordem do juiz. Eu não queria ter feito, assim, não pelo meu histórico, mas não precisava ser a força, né?

**M:** Em nenhum momento houve uma conversa com você sobre isso?

**B:** Não. A assistente social falou pra mim: olha você vai ter que ser laqueada porque não adianta, você está usando, está na rua, vai continuar colocando filho no mundo?

**M:** E isso foi mais ou menos em que ano?

**B:** Ele nasceu em 2010, ele está com 8 pra 9 anos agora. E eu não queria, mas fazer o que? Não minto, ela falou pra mim esses dias, que ele está com 5 anos agora. Foi 2013... 2011 minto, porque eu fiquei dois anos presa eu saí de 2013 pra 2014, é o tempo que eu to na rua. Foi isso mesmo, eu fiquei presa, o tive, aí a mãe dele pegou a guarda dele. Sei que ele mora no Guarujá, só não sei aonde.

**M:** A mãe do rapaz que você se relacionava?

**B:** Isso. Aí eu saí da cadeia, continuei na rua, só que eu não usava mais crack, eu só estava usando cocaína. Continuei na rua e três anos atrás eu conheci meu marido, não esse, to em fase de divórcio agora e não vou falar por causa dele, mas a gente ficou um bom tempo na rua, ia pra alugar um quarto aí ele fumava tudo o que tinha dentro do quarto e voltava pra rua. Ficou nisso por esses três anos. Há, 05 meses atrás, me libertei desse mal e to bem. To com uma pessoa boa agora, to no meu quartinho, tenho minhas coisas, não uso



mais crack. De vez em quando eu uso uma coisinha, bebo um pouquinho... Uma vez por mês, sou filha de Deus.Redução de danos, né, então, to reduzindo. Reduzi começando pelo marido... Quando eu estava na rua, antes de ter o Marcos, depois que eu saí de casa, eu usava absurdamente, eu ficava no túnel lá na divisa e ficava 15, 20 dias acordada, sabe? Só bebendo e fumando crack. Eu cheguei a pesar 45 kg. Eu hoje to com 102 ou 104 kg eu acho. Eu fiquei uma vez 23 dias dentro de um quarto de hotel com um rapaz fumando pedra porque eu não tinha pra onde ir e ele tava me dando droga. 23 dias acordada fumando, hoje eu me pergunto como eu tive capacidade de fazer essa proeza. Fora os vexames que a gente passa na rua, os abusos, a vergonha de você só consegue dinheiro se você vender seu corpo, de não conseguir, quando alguém quer te dar uma coisa é sempre com segundas intenções. É muita humilhação, muita humilhação, mas graças a Deus hoje eu não preciso mais disso.

**M:** Como foi a gravidez na rua? Você tinha atendimento? Você conseguia acessar os serviços de saúde?

**B:** Então, quando fiquei grávida na rua, do Marcos, eu me tratava no SECRAIDS aqui em Santos, como eu estava muito enfiada nas drogas... eu tinha acesso a saúde, as pessoas me atendiam bem, não tenho do que reclamar, mas tinha muitas coisas que por eu estar na rua e usando drogas, eu evitava. As vezes não vinha em consultas.... Minha mãe quando vinha de São Paulo, ela nunca deixou de vim, principalmente quando eu fiquei grávida ela que me levava para fazer ultrassom, ela pagava do bolso dela pra ver se estava tudo em ordem com o bebê. Porque ela tinha medo de acontecer alguma coisa comigo ou com o bebê. Fora isso, eu não tinha um lugar, um abrigo, não consegui vaga em nenhum, mesmo estando grávida. Tentaram me colocar no SEACOLHE, antigamente era o Casa Aberta e nunca tinha vaga, mas em questão de saúde sempre fui muito bem tratada.

**M:** Antes da gestação você tinha esse mesmo acesso?

**B:** Nem me preocupava com isso. No máximo se eu passasse mal ia pra Santa Casa, para o PS e mesmo assim tinha aquela questão de por ser moradora de rua, por estar naquelas situações, o povo ficava meio, atende ou

não atende? Tinha meio que uma restrição, sabe? Aquele outro olhar, que olham o povo de rua como se fosse um animal, um ser qualquer.

**M:** Mas você nunca teve um atendimento negado? Ou teve em algum momento?

**B:** Que eu me lembre não... Não, não tive.

**M:** Você foi abordada alguma vez na rua por serviços igual assistência social, conselho tutelar?

**B:** Nunca.

**M:** Serviço de abordagem social?

**B:** Na minha época não tinha. Minha última internação que foi pelo SENAT foram eles que me levaram para o Guarujá, mas depois eu me escondia, não queria mais ir, ficava afastada. Ai fui para São Vicente e São Vicente não tem nada. Teve uma vez, você me fez lembrar agora, eu estava com pneumonia, grávida do Marcos e na rua, fui ver minha filha que estava na casa do pai dela, subindo pela Antônio Emmerich, começou a me dar falta de ar, estava chovendo muito nesse dia. Eu não tinha dinheiro pra voltar pra Santos, liguei para a ambulância pra ver se vinham me buscar, mas como eu não sabia direito o bairro que eu estava só sabia que eu estava na Antônio Emmerich, eu falei mais ou menos à altura que eu estava, eles não vieram me buscar. Ai eu tive que arrumar um papelão, forrei o chão me cobri com outro, eu tava ainda com xarope, tomei o xarope e tentei dormir. Tinha um pessoal numa barraquinha de lanche, eles vieram me perguntar se eu estava bem, eu falei que estava com falta de ar e que a ambulância não quis me buscar, mas ficou por isso mesmo. No outro dia de manhã quando acordei, fui direto para o Crei e lá eles me atenderam. A moça ainda falou assim: nossa porque você não veio ontem? E eu falei assim que liguei para a ambulância e a ambulância não quis me buscar achando que era trote.

**M:** Você sentiu, perante ao que você conhece hoje, que tem dimensão dos seus direitos, violada enquanto estava na rua?

**B:** Me senti por várias vezes. Por abuso de polícia, por abuso dos próprios companheiros né, que me batiam...

**M:** E você nunca chegou a fazer denúncia?

**B:** Tentei uma vez entrar na delegacia em São Vicente, só que eles nem me deram ouvido tipo, quando eu entrei que ele veio pra me bater que eu me escondi lá dentro, eles mandaram eu sair.

**M:** Em relação à saúde você se sentiu violada? Por que hoje você sabe que existe trabalho de serviço de abordagem social, existe o trabalho do consultório na rua...

**B:** Naquela época não tinha, era muito recente eu acho, que até o CAPS AD até pra acessar ele não tinha informação.

**M:** E como foi que você acessou?

**B:** A minha mãe descobriu e me levou, foi quando tive a primeira internação. Depois eu fugi de lá e nunca mais... Ai o CAPS mudou pra cá, pra perto daqui, na Silva Jardim, foi onde eu ficava mais perto e acessava todo dia. Eu tinha vínculo com o pessoal do CAPS AD, mas não era esse pessoal que hoje que dá assistência. O pessoal antigamente não dava muita assistência, não dava muito ouvido, eles estavam lá para trabalhar e olhe lá.

**M:** Tem algum dos seus filhos com você hoje?

**B:** A Camille é a mais próxima. Ela mora com o pai dela, a gente ta passando a guarda dela, a guarda era da minha mãe eu passei a guarda pra minha mãe e agora estamos passando para o pai dela, porque ela está morando com o pai dela, está com 14 anos. Ela vem todo mês, ela vem e fica um dia comigo aqui, dois dias, ela dorme e fica comigo aqui em casa.

**M:** E você convive bastante com ela?

**B:** Convivo... Bastante! Pentelha, chata..., mas é minha cara... só que é tão branca, tão branca... mais branca que a parede. E os outros estão com as avós. Eu to sabendo que o Marcos está morando em São Vicente, com a tia porque a vó morreu. Foi a última vez que o pai dele saiu da cadeia e me

encontrou aqui no mercado e falou pra mim: olha ele ta morando em tal endereço e em tal lugar. Eu to esperando a gente se estruturar mais um pouco, que eu vou entrar com o pedido de regulação de visita pra depois pegar a guarda dele de volta.

**M:** Quando você engravidou, você queria ser mãe?

**B:** Sempre quis né? Hoje eu quero e não posso.

**M:** E como você se sentiu de não poder ter seus filhos?

**B:** É ruim né? Eu ia visitar o Marcos quando tava no abrigo, ele passou por uma cirurgia com dois dias de vida, teve que colocar uma bolsa de colostomia porque eu usei muita droga, eu me sentia muito culpada por causa disso e sabe, eu não tive o poder criar eles, não tive condições de criar, nenhum... só mais a Camille porque ela morava comigo, com meus pais na época, mas depois quando ela tava com 3 pra 4 anos nós saímos de casa, então perdi tudo, tudo o que estou recuperando agora. E eu queria muito ter um bebezinho, mas primeiro vou me estruturar né? Para não acontecer o que aconteceu das outras vezes.

**M:** Em relação à quando seus filhos foram retirados, foi conversado com você ou foi uma coisa compulsória?

**B:** Não, foi conversado já que eu não ia poder ficar. O Marcos tanto que eu tava na rua, ele ia para o abrigo de qualquer jeito. Foi ai que conseguiram fazer contato com a vó dele, pra ela poder vir pra ele não ir para a adoção. Ai ele foi. Ela veio conversou com a gente, com a minha mãe. O abrigo ...foi a assistente social de lá que sentou comigo, conversou, falou que tinham encontrado a avó dele e que iam tentar dar a guarda pra ele e se a minha mãe não queria a guarda dele. Minha mãe não podia, já estava morando de favor na casa da minha vó, como ia levar um bebe pra lá? Não tinha como. Então eu falei tudo bem, mas depois eu vou poder ver? e ela disse “Ah, ai você vai ter que falar com ela”, foi quando ela pegou o bebe e sumiu. Fui descobrir depois de não sei quantos anos que ela tava morando lá em Tupã. Depois que ela veio a falecer que o filho dela saiu da cadeia, que eu fiquei sabendo que ele ta

aqui em São Vicente. Estou me equilibrando também pra poder ir lá no natal agora, levar um presente, conversar com a irmã dele... Retomar os contatos.

**M:** Teve alguma situação na rua em que você se sentiu protegida pelos equipamentos? Você se sentiu atendida, sentiu que o seu direito estava sendo cumprido?

**B:** Todas as vezes aqui no SECRAIDS que eu vinha eu era super bem atendida, até hoje eu sou. As meninas que me atendiam quando eu estava grávida viram meus filhos nascer, cuidaram muito bem de mim e hoje em dia o CAPS AD está me dando bastante assistência, porque antes, só por misericórdia.

**M:** Não tinha mesmo ninguém que fizessem nada por vocês?

**B:** Não, no máximo era me mandar... não queriam me mandar mais pra comunidade terapêutica porque eu não ficava, aí falavam, praticamente só faltavam falar: você não tem jeito, entendeu? Eu não conhecia esse negócio de redução de danos, não conhecia nada, tava sozinha na rua, então meu foco era ficar na rua mesmo e usar droga.

**M:** Você acha que o apoio da sua mãe foi um diferencial pra você poder enfrentar situações e gestações na rua?

**B:** Parcialmente. Não totalmente.

**M:** Por que foi só na primeira que ela te deu uma assistência?

**B:** É. Assim ela tentava me ajudar, ela tentou me ajudar nas outras quando eu tava na rua, mas eu não queria ajuda. Hoje é totalmente diferente. Hoje quem te viu quem te vê. Fui presa e pesava 45 kg hoje to com 100...

**M:** E você conheceu outras mulheres que viveram nessa situação?

**B:** Várias aqui por Santos teve uma que tava grávida e abortou, fez o aborto, forçou o aborto né? Vou te contar que é cada história...

**M:** Dessa sua história, tem algo que você queira ressaltar? Que você queira relembrar, contar...

**B:** Ah sei lá. Tem tanta coisa. Na minha cabeça passa um filme sabe? Muita coisa que aconteceu, muita... mais os maus tratos da parte dos parceiros que eu tive, e dessa laqueadura compulsória que mesmo se eu quiser tentar reverter, eu não vou conseguir e isso me dói muito, todos os dias, de eu estar com um parceiro que eu sei que agora é um parceiro, sabe? Eu estacionei, fiz 30, não quero mais, cansei. Já vivi muito com 30 anos, era pra mim estar com 100 se fosse contar a história todinha pra você aqui. Era pra mim tá com 100 anos. Passei por muito perrengue, muita dor, muita droga, muita festa, muito... por parte a gente pensa que tá muito feliz e não tá feliz. Ai você para e fala: sosseguei. Poxa estou com a minha vidinha boa? Tô com meu emprego, tô trabalhando, tenho meu cantinho, tenho meu maridinho, vou pensar em tentar, vou criar meu filho sabe assim? Não, vou criar os meus que já estão, já nasceram... vou tentar reaver as guardas deles, mas eu queria ter mais um, mais uma, porque, pra dar tudo o que eu não pude dar para os outros, né?! A gente fica com esse pesar de a gente não ter podido criar e não saber o que falar pra eles, né?! Se eles estão com raiva por eu não estar por perto, o que eles pensam, isso vai ter que ser muito trabalhado, até eu conseguir chegar até eles. Isso me dói bastante, mas é pedir para aquele lá de cima botar a mão na frente.